

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO
DO NORDESTE

ANALICE GONÇALVES REGIS

**Um estudo sobre a concepção da estratégia de captação de recursos para
fundo patrimonial de uma Instituição Federal de Educação Superior (IFES)**

Recife

2024

ANALICE GONÇALVES REGIS

**Um estudo sobre a concepção da estratégia de captação de recursos para
fundo patrimonial de uma Instituição Federal de Educação Superior (IFES)**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, à Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Gestão Pública.

Área de Concentração: Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste

Orientadora: Emanuela Sousa Ribeiro, Dra.

Coorientadora: Taciana de Barros Jerônimo, Dra.

Recife

2024

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

R337e	Regis, Analice Gonçalves Um estudo sobre a concepção da estratégia de captação de recursos para fundo patrimonial de uma Instituição Federal de Educação Superior (IFES) / Analice Gonçalves Regis. – 2024. 81 folhas: il. 30 cm. Orientadora: Prof.^a Dra. Emanuela Sousa Ribeiro e Coorientadora Prof.^a Dra. Taciana de Barros Jerônimo. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2024. Inclui referências e apêndices. 1. Fundo público. 2. Universidade. 3. Recursos públicos. I. Ribeiro, Emanuela Sousa (Orientadora). II. Jerônimo, Taciana de Barros (Coorientadora). III. Título. 351 CDD (22. ed.) UFPE (CSA 2024 – 028)
-------	--

ANALICE GONÇALVES REGIS

Um estudo sobre a concepção da estratégia de captação de recursos para fundo patrimonial de uma Instituição Federal de Educação Superior (IFES)

Dissertação apresentada ao Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, à Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de mestre em Gestão Pública.

Orientadora: Emanuela Sousa Ribeiro, Dra.
Coorientadora: Taciana de Barros Jerônimo, Dra.

Aprovada em: 27/02/2024

BANCA EXAMINADORA

Taciana de Barros Jerônimo (Coorientadora), Dra.
Universidade Federal de Pernambuco

Andréa Sales Soares de Azevedo Melo, Dra.
Universidade Federal de Pernambuco

Mônica Maria Barbosa Gueiros, Dra.
Universidade Federal de Pernambuco

Recife
2024

À minha família, amores da minha vida que iluminam cada passo do meu caminho e me concedem coragem para seguir adiante.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder força e coragem nos momentos de dificuldade.

Aos meus filhos Ana Beatriz, Alice e Artur, por serem minha fonte de amor e inspiração.

Ao meu companheiro Ricardo Souza, por sua dedicação e apoio. Muito obrigada!

À minha mãe, Dona Graça, por todo esforço dedicado à minha educação.

Aos meus queridos amigos e colegas, por todo apoio e palavras de incentivo ao longo dessa jornada.

Às professoras Emanuela Sousa e Taciana de Barros, pela orientação, dedicação e competência. Obrigada pela disponibilidade e apoio que sempre demonstraram.

Às professoras participantes da banca examinadora, Andréa Melo e Mônica Gueiros, pelas valiosas considerações.

Aos meus colegas de mestrado, em especial ao Grupo 2, Laís, Núbia e Jonathan (*in memoriam*), por toda colaboração, cooperação e apoio constantes.

Aos gestores da UFRPE, por possibilitarem, por meio de ações de capacitação do corpo técnico, meu ingresso no MGP.

À UFPE, pela oportunidade de fazer o curso em um ambiente ético e amigável.

A todos aqueles que me ajudaram, obrigada!

DAS UTOPIAS

Se as coisas são inatingíveis...ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas!
(QUINTANA, 1951)

RESUMO

Diante de um cenário de redução recorrente dos recursos destinados às universidades públicas federais, a discussão a respeito de fontes alternativas de captação de recursos ganha força. Nesse contexto, entre as alternativas complementares para financiamento das atividades das IFES está a constituição de um fundo patrimonial que consiste em um conjunto de ativos a ser investido com objetivos de preservar seu valor, gerar receita e constituir fonte regular e estável de recursos de longo prazo para fomento de finalidades de interesse público, entre as quais subsidiar atividades da educação superior incluindo ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil. Os fundos patrimoniais, internacionalmente conhecidos como *endowment*, são considerados casos de sucesso no financiamento de universidades estrangeiras de referência, com recursos captados principalmente a partir da doação de ex-alunos (egressos ou *alumni*) como reconhecimento ou retribuição da formação acadêmica obtida. No Brasil, ainda é incipiente a criação de fundos patrimoniais tendo as IFES como beneficiárias, considerando que apenas em 2019 foi sancionada a Lei 13.800 que regulamenta essa prática em organizações públicas. Neste contexto, faz-se necessário e relevante um estudo para orientar as IFES em conceber estratégias de captação de recursos para fomentar fundos patrimoniais. Partindo então do problema de pesquisa “Como traçar perfil socioeconômico de doadores e caracterizar a destinação dos fundos patrimoniais de modo a tornar mais assertiva a estratégia de financiamento coletivo (*crowdfunding*)?”, este trabalho consistiu no desenvolvimento e aplicação de uma abordagem para avaliação da aceitação de cenários pré-estabelecidos, os quais especificam destinação, Disposição a Pagar (DAP) e periodicidade da doação para fundo patrimonial. A abordagem realizada foi aplicada especificamente para uma IFES, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), onde 252 egressos responderam um questionário e os resultados obtidos foram analisados, por meio da técnica de valoração Método de Valoração Contingente (MVC) e função logística logit, com o objetivo de identificar o nível de significância das variáveis socioeconômicas dos participantes em relação à aceitação aos cenários propostos. A partir dos achados, foi possível definir os parâmetros para direcionar a concepção da estratégia de captação de recursos do fundo patrimonial da IFES alvo do estudo.

Palavras-chave: fundo patrimonial; IFES; Método de Valoração Contingente (MVC)

ABSTRACT

In the face of a persistent reduction in allocated resources to Brazilian federal universities, the discourse surrounding alternative avenues for fundraising is gaining prominence. Within this context, the creation of an endowment fund emerges as a complementary solution for financing the activities of Higher Education Institutions (HEI). An endowment fund constitutes a diversified set of assets strategically invested to preserve their value, generate income, and establish a consistent, long-term source of resources. These funds aim to support public interest initiatives, including the subsidization of higher education activities such as teaching, research, social service, and student assistance. Internationally recognized as successful financial models for leading universities, endowment funds typically derive significant resources from donations made by alumni in acknowledgment or reciprocation for the academic training received. In Brazil, the establishment of endowment funds benefiting HEI is still in its early stages. It wasn't until 2019 that Law 13,800 was enacted to regulate this practice within Brazilian public organizations. Given this landscape, there is a pressing need for a study to guide Brazilian HEI in formulating effective fundraising strategies for the promotion of endowment funds. Beginning with the research question "How can donors be profiled, and the allocation of endowment funds characterized to enhance the assertiveness of crowdfunding strategies?", this study involved the development and application of an evaluative approach to assess the acceptance of predefined scenarios. These scenarios specified the destination, Willingness to Pay (WTP), and donation frequency to the endowment fund. The approach was applied specifically to a Brazilian HEI, namely the Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). A total of 252 UFRPE alumni responded to a questionnaire, and the obtained results were analyzed using the valuation technique Contingent Valuation Method (CVM) and the Logit logistic function. The objective was to identify the significance of participants' socioeconomic variables concerning the acceptance of the proposed scenarios. Based on the findings, this study was able to define parameters to guide the design of a fundraising strategy for the UFRPE endowment fund.

Keywords: endowment; HEI; Contingent Valuation Method (CVM).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Panorama dos fundos patrimoniais no Brasil	16
Quadro 2 - Contribuições esperadas do trabalho de pesquisa.....	17
Quadro 3 - Fundos Patrimoniais das IFES	27
Quadro 4 - Trabalhos relacionados.....	29
Figura 1 - Histórico de empenhos para as IFES	13
Figura 2 - Histórico de empenhos FNDCT.....	14
Figura 3 - Roteiro <i>Endowments</i>	15
Figura 4 - Procedimentos para aplicação do MVC	33
Figura 5 - Caracterização da Pesquisa	37
Figura 6 - Etapas da Pesquisa	38
Figura 7 - Vinculação dos respondentes às IFES	40
Figura 8 - Priorização da destinação do Fundo Patrimonial.....	41
Figura 9 - Periodicidade e valor da doação.....	42
Figura 10 - Fragmento do questionário Censo 2022 IBGE	44
Figura 11 - Pirâmide etária do Brasil.....	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Perfil socioeconômico dos respondentes em Geral	51
Tabela 2 - Perfil socioeconômico dos respondentes quanto à aceitação do Cenário 1	52
Tabela 3 - Resultados da aplicação do MVC sobre aceitação do Cenário 1	53
Tabela 4 - Perfil socioeconômico dos respondentes quanto à aceitação do Cenário 2	54
Tabela 5 - Resultados da aplicação do MVC sobre aceitação do Cenário 2	55
Tabela 6 - Perfil socioeconômico dos respondentes quanto à aceitação do Cenário 3	56
Tabela 7 - Resultados da aplicação do MVC sobre aceitação do Cenário 3	57
Tabela 8 - Perfil socioeconômico dos respondentes quanto à aceitação do Cenário 4	59
Tabela 9 - Resultados da aplicação do MVC sobre aceitação do Cenário 4	60
Tabela 10 - Perfil socioeconômico dos respondentes quanto à aceitação do Cenário 5	61
Tabela 11 - Resultados da aplicação do MVC sobre aceitação do Cenário 5	62
Tabela 12 - Distribuição de frequência de DAP sugeridas pelos respondentes	63
Tabela 13 - Modelo de Negócios para Fundo Patrimonial da UFRPE	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BPMN	<i>Business Process Modeling and Notation</i>
CAMES	Coordenação de Acompanhamento e Monitoramento de Egressos
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CGU	Controladoria Geral da União
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DAA	Disposição a Aceitar
DAP	Disposição a Pagar
DOA	Despesas Operacionais e Financeiras
FEA	Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária
FEAC	Federação das Entidades Assistenciais de Campinas
FINEP	Financiadora de Produtos e Projetos
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDIS	Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
MVC	Método de Valoração Contingente
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	15
1.2 OBJETIVO.....	16
1.3 JUSTIFICATIVA	16
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
2.1 CONCEITUAÇÃO SOBRE FUNDOS PATRIMONIAIS	19
2.2 ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DE FUNDOS PATRIMONIAIS	21
2.3 REGULAMENTAÇÃO DE FUNDOS PATRIMONIAIS NO BRASIL.....	24
2.4 FUNDOS PATRIMONIAIS NAS IFES	27
2.5 TRABALHOS RELACIONADOS	28
2.6 MÉTODO DE VALORAÇÃO CONTINGENTE (MVC)	32
2.7 MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA – LOGIT	34
2.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
3 METODOLOGIA	37
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	37
3.2 ETAPAS DA PESQUISA.....	38
3.2.1 Desenvolver Questionário Piloto	40
3.2.2 Responder Questionário Piloto.....	40
3.2.3 Analisar resultados	41
3.2.4 Especificar Cenários	42
3.2.5 Levantar variáveis socioeconômicas utilizadas pelo IBGE.....	44
3.2.6 Desenvolver questionário final	45
3.2.7 Responder questionário final.....	46
3.2.8 Tratar estatisticamente as respostas obtidas.....	46
3.2.9 Definir os parâmetros para concepção do Fundo Patrimonial da UFRPE	47
3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	49
4.1 APLICAÇÃO DO MÉTODO DE VALORAÇÃO CONTINGENTE.....	49
4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS RESPONDENTES	50
4.3 ANÁLISE QUANTITATIVA DO CENÁRIO 1.....	51

4.4 ANÁLISE QUANTITATIVA DO CENÁRIO 2.....	54
4.5 ANÁLISE QUANTITATIVA DO CENÁRIO 3.....	56
4.6 ANÁLISE QUANTITATIVA DO CENÁRIO 4.....	58
4.7 ANÁLISE QUANTITATIVA DO CENÁRIO 5.....	61
4.8 ANÁLISE DESCRITIVA.....	63
4.9 PARÂMETROS PARA CONCEPÇÃO DE FUNDO PATRIMONIAL DA UFRPE.	65
4.10 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
5 CONCLUSÃO	69
5.1 LIMITAÇÕES.....	71
5.2 TRABALHOS FUTUROS	71
REFERÊNCIAS.....	72
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PILOTO	76
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO FINAL	78

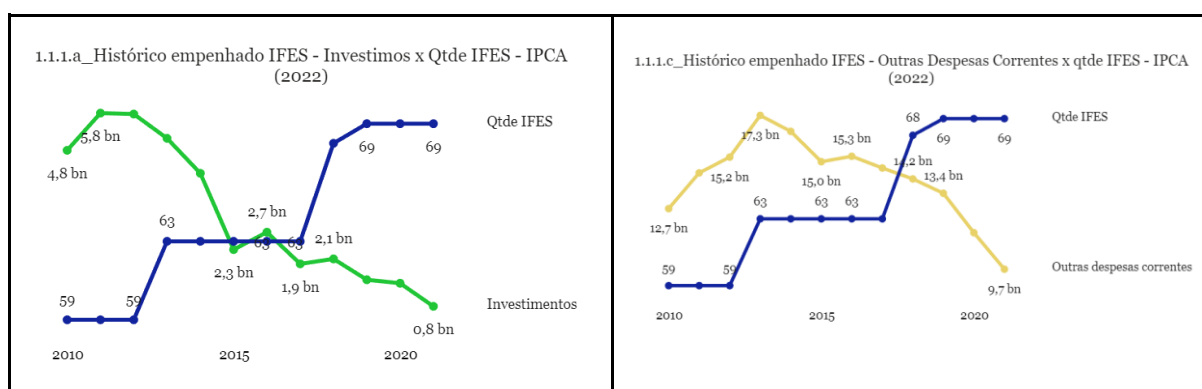
1 INTRODUÇÃO

As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) são regidas pelo princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão de acordo com artigo 207 da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), conhecido como o “tripé” acadêmico. O ensino corresponde a transmissão do conhecimento, a pesquisa se preocupa com a geração de novos conhecimentos, geralmente disseminados através de publicações, patentes, entre outros. Já a extensão se preocupa em criar uma relação entre o público externo e a universidade para que haja uma troca de conhecimentos, contribuindo para o desenvolvimento social. Além dos três pilares, destaca-se a Inovação, que consiste em transformar o conhecimento produzido na pesquisa em uma solução para a sociedade, governo ou indústria.

Para que possam cumprir a missão prevista na constituição, as IFES precisam ser financiadas por meio de recursos repassados pela União por meio da Lei Orçamentária Anual - LOA (CAETANO; CAMPOS, 2019). De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases - LDB (Brasil, 1996), no seu Art. 55, “Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas”.

A Figura 1 apresenta o histórico do total de recursos empenhados pela União às IFES entre 2010 e 2022, considerando investimentos (lado esquerdo) e despesas correntes (lado direito) por quantidade de IFES, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Observa-se que mesmo com a expansão das IFES, os recursos decresceram significativamente no período, sendo que para investimentos foram alocados em 2011 R\$5,8 bilhões para 59 IFES e em 2022 R\$0,8 bilhão para 69 IFES, já para outras despesas correntes em 2013 foram alocados R\$17,3 bilhões para 63 IFES e em 2022 R\$9,7 bilhões para 69 IFES.

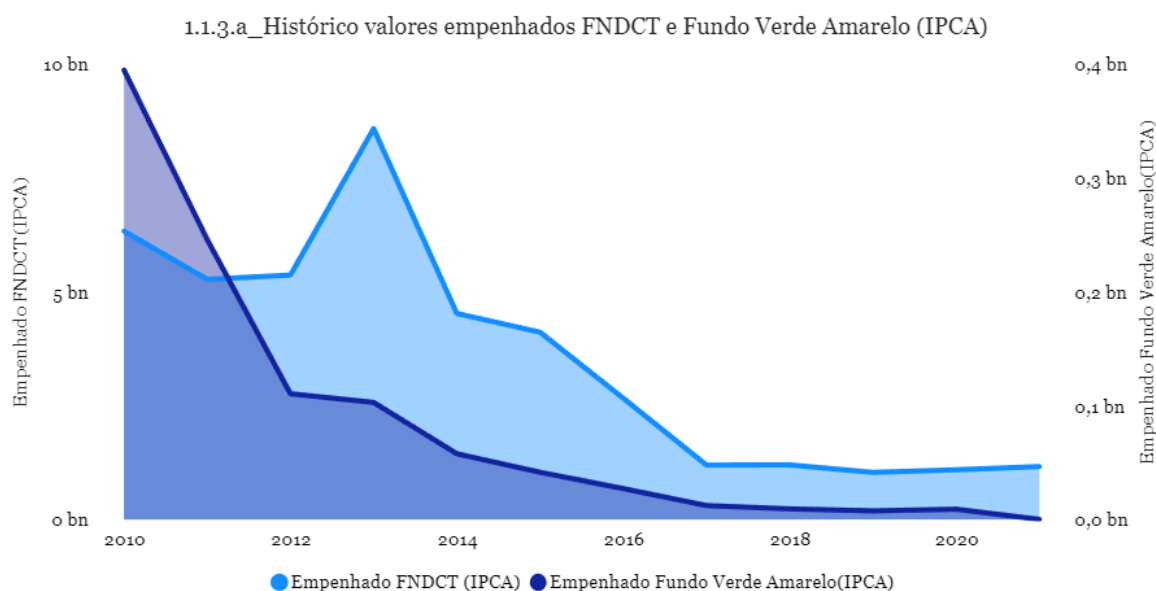
Figura 1 - Histórico de empenhos para as IFES



Fonte: CGU (2022).

Além dos recursos previstos na LOA, as IFES também são financiadas, de maneira indireta, por meio de bolsas acadêmicas para estudantes e docentes, financiamento de projetos acadêmicos de pesquisa, extensão, inovação, e para melhoria da infraestrutura física e de equipamentos para ensino e pesquisa, através de recursos captados em editais e chamadas das agências de fomento como FINEP, CNPQ e CAPES. Para tanto, tais agências utilizam recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (FNDCT). O FNDCT, que tem como objetivo financiar a inovação e o desenvolvimento científico no país (FINEP, 2022), teve seus recursos contingenciados de tal forma que a execução de 2021 foi equivalente a cerca de $\frac{1}{5}$ dos valores empenhados em 2010, como pode ser visto na Figura 2.

Figura 2 - Histórico de empenhos FNDCT

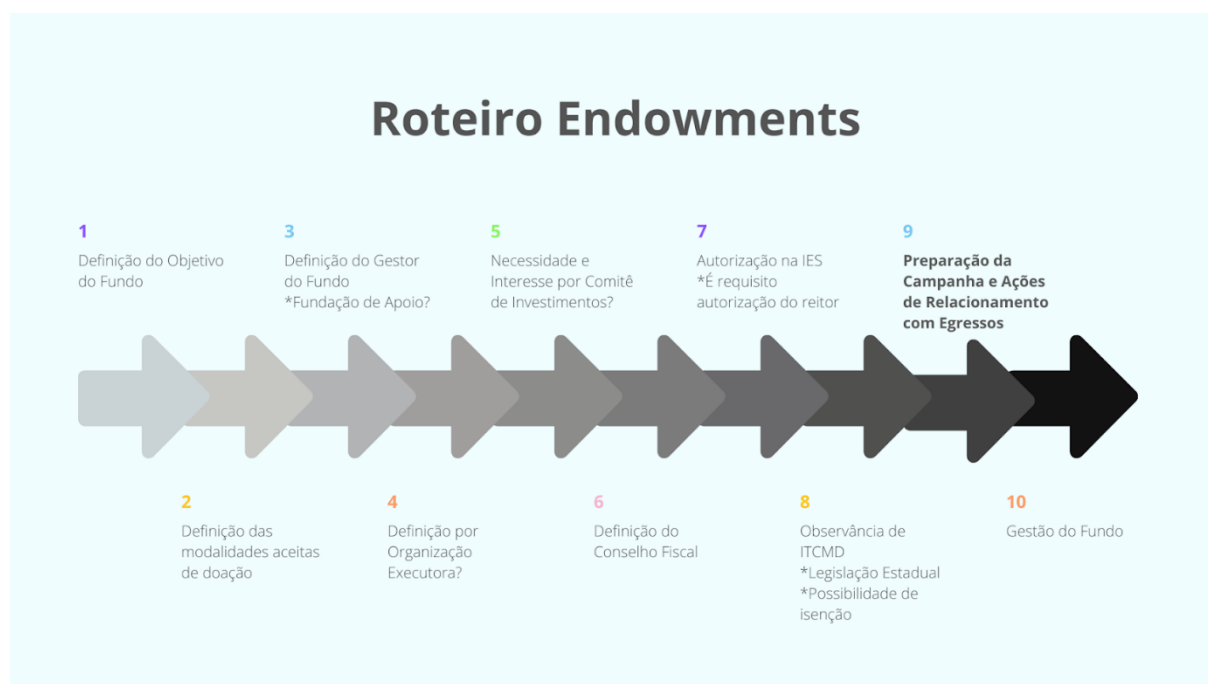


Fonte: CGU (2022).

Diante desse cenário, faz-se necessário que as IFES busquem novas fontes de financiamento para investir em ciência, tecnologia e inovação (MEC, 2019). Considerando os casos de sucesso de universidades estrangeiras como Yale, Harvard, entre outras, os fundos patrimoniais (*endowment*) representam uma alternativa a ser considerada. Em 2019, foi sancionada a Lei 13.800 que dispõe sobre a constituição de fundos patrimoniais com o objetivo de arrecadar, gerir e destinar doações de pessoas físicas e jurídicas privadas para programas, projetos e demais finalidades de interesse público. Desta forma, as IFES poderão operar fundos patrimoniais e utilizar os rendimentos da captação desses recursos para investimento em projetos ligados à finalidade prevista pelo fundo (BRASIL, 2019).

A Figura 3 (DEMÉTRIO, 2022) apresenta o roteiro dos 10 passos para implantação de fundos patrimoniais (*endowment*) nas IFES, desde a definição do objetivo do fundo, que pode ser para financiar bolsas de estudantes ou a construção de uma estrutura física para pesquisa, passando por definições das estruturas de gestão e de governança do fundo, que pode ser por meio da fundação de apoio às IFES e conselho fiscal, respectivamente, até a gestão do fundo propriamente dita, considerando as ações para recebimento das doações, aplicação em investimentos e uso dos rendimentos. Sendo assim, o roteiro é uma importante ferramenta para operacionalização da aplicação dos Fundos de Patrimoniais em universidades públicas federais, tendo em vista que perpassa por todos os aspectos importantes e obrigatórios para sua implantação.

Figura 3 - Roteiro *Endowments*



Fonte: DEMÉTRIO (2021).

O Passo 9 do Roteiro *Endowment* (Figura 3) consiste na "Preparação da campanha e Ações de Relacionamento com Egressos", o qual tem como finalidade planejar, mobilizar e engajar o financiamento coletivo (*crowdfunding*) por meio de doações para fundos patrimoniais. Este trabalho busca apoiar a realização do Passo 9 de modo a torná-lo mais assertivo e, assim, tornar mais eficaz a estratégia de doações para fundos patrimoniais.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Como traçar perfil socioeconômico de doadores e caracterizar a destinação dos fundos patrimoniais de modo a tornar mais assertiva a estratégia de financiamento coletivo (*crowdfunding*)?

1.2 OBJETIVO

Objetivo Geral: Caracterizar o perfil de doadores e a destinação de fundos patrimoniais para uma IFES.

Objetivos Específicos: (1) Especificar cenários de destinação de fundos patrimoniais e da disposição das pessoas a doar; (2) Avaliar os cenários junto a possíveis doadores; (3) Revelar preferências entre os cenários avaliados; e (4) Traçar perfil dos doadores.

1.3 JUSTIFICATIVA

Os fundos patrimoniais (*endowments*) destinam-se às mais variadas causas, desde as mais clássicas como educação e assistência social, até as mais contemporâneas, como equidade racial e liberdade de expressão.

O Quadro 1 apresenta o panorama dos fundos patrimoniais no Brasil. Ao todo são 57 fundos patrimoniais, sendo 17 destinados à educação superior. O lado esquerdo do Quadro 1 destaca os dois principais fundos patrimoniais que juntos somam aproximadamente 70,6 bilhões de reais, enquanto os demais fundos somam 7,6 bilhões de reais. Já o lado direito do Quadro 1 apresenta os fundos patrimoniais destinados às causas de instituições públicas e privadas que atuam na educação superior, com destaque para os dois principais (POLI/USP e Insper) que juntos somam aproximadamente 71 milhões de reais, enquanto que os 5 fundos de IFES somam 12,75 milhões de reais, e os demais (10 fundos) somam 41,20 milhões de reais.

Quadro 1 - Panorama dos fundos patrimoniais no Brasil

Fundos Patrimoniais	Total em R\$	Fundos Patrimoniais na Educação Superior	Total em R\$	%
Fundação Itaú para Educação e Cultura	5,6 bilhões	Amigos da Poli (Escola Politécnica da USP)	39 milhões	31,21
Fundação Bradesco	65 bilhões	Bolsas do Insper	32 milhões	25,60
Demais (55 fundos)	7,6 bilhões	IFES (5 fundos)	12,75 milhões	10,20

Total	78,2 bilhões	Demais (10 fundos)	41,20 milhões	32,97
-------	--------------	--------------------	---------------	-------

Fonte: Monitor IDIS (2022).

Considerando a quantidade de 69 IFES existentes (Figura 1), o Quadro 1 mostra que existem apenas 5 fundos patrimoniais: Conecta EA UFBA, constituído em 2021 para a Escola de Administração da UFBA; Fundo Amanhã, constituído em 2022 para o Instituto de Administração da UFRGS; Fundo Centenário, constituído em 2017, para a Escola de Engenharia da UFRGS; Fundo Amigos do Brasil Central, constituído em 2019, para as Escolas de Engenharia da UFG; e Reditus, constituído em 2022, para a UFRJ.

Os dados levantados mostram que existem poucos fundos patrimoniais para as IFES, o que representa uma oportunidade de desenvolvimento de estudo que ajude em subsidiar estratégias para captação de recursos por meio de doações coletivas. Além disso, o trabalho de pesquisa a ser realizado apresenta também contribuições científica, técnica e social, conforme sintetizado no Quadro 2.

Quadro 2 - Contribuições esperadas do trabalho de pesquisa

Contribuição	Descrição
IFES	Subsidiar estratégia para captação de recursos por meio de doações para fundos patrimoniais.
Social	Retorno para a sociedade do propósito do fundo patrimonial.
Científica	Caracterização de perfis de doadores e de destinação de fundo patrimonial por meio da aplicação do Método de Valoração Contingente.
Técnica	Levantamento para a IFES em que a autora é servidora.

Fonte: Autora (2024).

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Além deste capítulo introdutório, o trabalho está estruturado em mais cinco capítulos, referências bibliográficas e dois apêndices. O Capítulo 2 apresenta o referencial teórico sobre os trabalhos relacionados ao tema desta pesquisa, abrangendo conceitos pertinentes a fundos patrimoniais e método de valoração contingente, dentre outros. O Capítulo 3 apresenta a metodologia adotada para o desenvolvimento do trabalho, incluindo a descrição detalhada de cada etapa da pesquisa. O Capítulo 4 apresenta os resultados da pesquisa, bem como sua interpretação, de forma a permitir certas considerações. Por fim, o Capítulo 5 discorre sobre a conclusão, limitações descobertas e trabalhos futuros. Na sequência, são apresentadas as

referências do trabalho citadas ao longo do texto. Em seguida, o Apêndice A contém o Questionário Piloto e o Apêndice B contém o Questionário Final.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo são apresentados os principais conceitos sobre fundos patrimoniais, um breve histórico sobre a origem e o desenvolvimento de fundos patrimoniais, a recente regulamentação brasileira sobre fundos patrimoniais e, finalmente, um panorama sobre os fundos patrimoniais das IFES.

2.1 CONCEITUAÇÃO SOBRE FUNDOS PATRIMONIAIS

Os fundos patrimoniais, conhecidos internacionalmente como *endowments*, são fundos de caráter permanente que recebem, majoritariamente, recursos financeiros através de doações de pessoas físicas e/ou jurídicas cujos rendimentos auferidos são destinados a sustentar projetos, uma causa ou entidade com finalidade específica (SOTTO-MAIOR, 2011). Via de regra, os recursos recebidos permanecem no fundo, para que dessa forma o principal seja preservado e os rendimentos sejam resgatados periodicamente para custear, no longo prazo e de forma sustentável, instituições sem fins lucrativos.

Segundo Spalding (2016, p.6), a palavra *endowment* na língua inglesa pode significar, de modo amplo, uma dotação de qualquer natureza. Nesse sentido mais abrangente, um *endowment* não necessariamente está vinculado a uma estrutura e a regras estabelecidas, podendo se tratar, tão somente, de um projeto de captação ou de uma conta separada para projetos de uma entidade. Entretanto, o uso de “*endowment*” como sinônimo de fundo patrimonial, refere-se a um instituto específico que depende de certo regramento, mesmo havendo liberdade para a definição da forma e do conteúdo.

Nesse sentido, Fabiani (2012b, p.27) destaca que recursos financeiros investidos por um determinado período de tempo, sem regramento definido, não caracteriza um fundo patrimonial. Portanto, além dos investimentos que visam garantir a sustentabilidade financeira a longo prazo da instituição, devem existir regras estabelecidas para a utilização desse recurso. De modo sintético, Sabo Paes e Queiroz Filho (2014, p. 89), define fundos patrimoniais como:

[...] estruturas que recebem e administram bens e direitos, majoritariamente recursos financeiros, que são investidos com os objetivos de preservar o valor do capital principal na perpetuidade, inclusive, contra perdas inflacionárias, e gerar resgates recorrentes e previsíveis para sustentar financeiramente um determinado propósito, uma causa ou uma entidade.

Fabiani (2012a, p. 36-8) destaca algumas razões que levam ao estabelecimento de um fundo patrimonial: perpetuar uma causa ou legado social; ter motivações familiares para doar; assegurar as aspirações filantrópicas na utilização do seu patrimônio; determinar um fim específico para os recursos; garantir independência; dar margem para a excelência; evitar a perda de foco com o esforço na captação; e atingir a estabilidade operacional no longo prazo. Dentre essas razões, a redução da incerteza financeira ganha destaque, pois instituições suscetíveis a variáveis externas podem ter seus recursos reduzidos ou simplesmente extintos devido a mudanças nas políticas públicas ou por uma crise econômica. Diante disso, o fundo patrimonial pode se tornar uma fonte segura de financiamento operacional que irá contribuir para a continuidade das atividades.

Os fundos patrimoniais são normalmente geridos de forma profissional, buscando uma diversificação dos investimentos para minimizar os riscos e maximizar os retornos. As instituições podem contratar gestores de investimentos especializados para administrar os fundos e tomar decisões de alocação de recursos com base em critérios pré-definidos, como níveis de risco, metas de retorno e conformidade com os princípios e valores da instituição.

Para Hirata, Grazioli e Donnini (2019, p.15), a definição de fundos patrimoniais apresenta quatro elementos indispensáveis: (i) a existência de um patrimônio capaz de gerar renda, (ii) não gerido pelo doador, com (iii) o objetivo de perpetuar uma atividade de (iv) interesse social.

O (i) patrimônio e o (iii) objetivo de perenidade dispensam maiores considerações, pois, sem a capacidade de gerar renda ou na ausência do propósito de financiamento contínuo, não haveria fundo patrimonial. A (ii) não gestão pelo doador é identificada como essencial ao *endowment*, o ato de dotação de livre disposição patrimonial para determinado fim. É a partir da dotação que surge o compromisso de o fundo patrimonial aplicar os recursos recebidos na atividade determinada. A (iv) atividade de interesse social é, ao mesmo tempo, óbvia e complexa. De um lado, é pacífico que os fundos patrimoniais servem ao financiamento de atividades de interesse coletivo, pois as atividades de interesse privado são financiadas de outras formas. [...]

Além desses elementos, há duas características distintas e marcantes na estrutura do *endowment*: a existência de uma Política de investimento e de uma Política de resgate. Ambas decorrem, justamente, da estratégia que deve ser adotada a fim de se atingir seu principal objetivo, perpetuidade do patrimônio e retornos regulares a partir do principal investido (SOTTO-MAIOR, 2011).

Hirata, Grazioli e Donnini (2019, p.16) definem Política de investimento como as regras para a alocação de recursos do fundo patrimonial, incluindo os limites de risco assumidos. É possível investir em diferentes tipos de ativos e, geralmente, quanto maior a

expectativa de retorno, maior o risco de perda. No longo prazo, é viável ter mais ativos de renda variável, mesmo que em certos períodos o fundo possa sofrer variações negativas. A política de investimento deve estabelecer os limites de risco para os gestores. Já a Política de resgate consiste em um conjunto de regras que determinam a restrição da utilização dos recursos do fundo patrimonial e quais podem ser sacados. Apesar de parecer simples, a qualidade da política de resgate é fundamental para garantir o financiamento das atividades de interesse social, sem comprometer a sustentabilidade do fundo patrimonial.

A Governança é outro elemento importante que desempenha um papel fundamental para o sucesso a longo prazo de fundos patrimoniais e que merece destaque na regulação. Uma boa governança garante que os recursos doados sejam direcionados conforme o propósito estabelecido, além de buscar rendimentos que financiem a atividade de interesse social sem assumir riscos excessivos de perda do patrimônio. Além disso, o sistema de governança deve mitigar conflitos de interesse entre os controladores, gestores e a finalidade do fundo patrimonial (HIRATA; GRAZZIOLI; DONNINI, 2019).

A gestão de fundos patrimoniais requer uma abordagem cuidadosa e responsável, com o objetivo de preservar o capital ao mesmo tempo em que se busca obter retornos financeiros sustentáveis. Quando a instituição descreve a constituição do fundo patrimonial em seu estatuto, além de reforçar o papel da governança, promove a transparência de propósito, requisito indispensável, especialmente no setor público (FABIANI, 2012b).

Em suma, criar um fundo patrimonial oferece à instituição uma base financeira sólida, sustentável e duradoura, proporcionando estabilidade e oportunidades de crescimento a longo prazo.

2.2 ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DE FUNDOS PATRIMONIAIS

Segundo Fabiani (2012b), a prática de criar fundos patrimoniais remonta a alguns séculos e possui origens históricas em várias culturas. Embora não seja possível determinar uma origem precisa, é possível identificar influências ao longo do tempo.

Uma das influências mais antigas pode ser encontrada na Grécia antiga. O filósofo Platão teria doado um terreno para seu sobrinho a fim de que ele administrasse a propriedade e os recursos obtidos fossem destinados ao funcionamento da Academia fundada por ele. Durante a Idade Média, as universidades medievais começaram a receber doações de terrenos, imóveis e outros ativos para garantir sua sustentabilidade financeira. Essas doações geralmente vinham de indivíduos ricos, reis, nobres e da Igreja. A Universidade de Oxford e a Universidade de

Cambridge são exemplos notáveis de instituições que receberam doações substanciais nessa época.

A nobreza e a burguesia, motivadas por interesses filantrópicos e pelo desejo de preservar suas influências e legados, fizeram doações para instituições educacionais, artísticas e científicas. Esses fundos patrimoniais permitiram o desenvolvimento de universidades, bibliotecas, museus e outros empreendimentos culturais.

Vale ressaltar que a figura do *endowment* em seus primórdios, decerto, não possuía uma organização financeira e aspectos jurídicos observados atualmente, mas nesse período é possível notar o estabelecimento de algumas regras que denotam a ideia central para criação de um fundo patrimonial. À época, era comum a igreja receber generosas doações na forma de propriedades e, por exigência dos doadores, a propriedade não podia ser vendida, logo, apenas o que ela produzia poderia ser revertido em recursos para sustentar e apoiar instituições. Essa prática garantia uma fonte financeira contínua, de longo prazo, que permitiu o desenvolvimento de várias instituições (SOTTO-MAIOR, 2011).

A prática de *endowments* também foi observada nas guildas (espécie de sindicatos) medievais de comércio e artesanato da Inglaterra obedecendo o mesmo princípio de não apenas construir uma reserva financeira para uma eventualidade, mas que servisse como uma fonte contínua de renda a fim de atender seus propósitos no longo prazo (RUSSELL, 2006).

Nos séculos seguintes, os fundos patrimoniais continuaram a evoluir e a prática se disseminou por todo o mundo, especialmente nos Estados Unidos da América (EUA), onde as universidades americanas desenvolveram robustos sistemas de *endowments* para financiar suas operações e bolsas de estudo (TELES, 2019).

As universidades ganham destaque quando se trata de fundos patrimoniais, tanto no quesito qualidade, quanto em relação ao volume financeiro acumulado. Nos EUA, algumas universidades inclusive receberam o nome de doadores, como as famosas Harvard devido a John Harvard (1639), e Yale devido a Elihu Yale (1718). No Reino Unido, destacam-se os *endowments* das universidades de Oxford e de Cambridge, as mais antigas a constituírem fundos patrimoniais no século XVI e que estão em funcionamento até hoje (TELES, 2019).

Em alguns países, como a França, houve um aumento de fundos patrimoniais ativos após a regulamentação nos anos 2000. Mesmo sem a cultura de fundos patrimoniais, casos isolados podem ser observados na Ásia e no Oriente Médio, como o fundo do Jockey Clube de Hong Kong que apoia causas ambientais e sociais desde 1993. Em estágio inicial, encontra-se a América Latina, é possível encontrar fundos patrimoniais na Argentina, Chile, Colômbia,

México e Peru, no entanto, os valores acumulados são ainda modestos (FABIANI; WOLFFENBÜTTEL, 2022).

No Brasil, as experiências com fundos patrimoniais são consideradas recentes e pouco comuns. Não há uma fonte que abranja de forma sistemática todos os dados sobre os fundos patrimoniais estabelecidos e em funcionamento no Brasil. As informações disponíveis são fragmentadas e podem ser encontradas em reportagens e em sites específicos relacionados ao assunto (SPALDING, 2016). Os primeiros fundos patrimoniais surgiram associados a organizações religiosas que recebiam doações em forma de imóveis ou heranças de devotos comprometidos com a continuidade das ações filantrópicas da entidade. Outros fundos patrimoniais relevantes foram estabelecidos por meio de ações da empresa às quais essas organizações estavam vinculadas (FABIANI, 2012b).

A Fundação Bradesco foi um dos primeiros projetos de investimento social privado do Brasil. Inaugurada em 1956 pelo banqueiro Amador Aguiar, tinha como objetivo proporcionar educação e profissionalização a crianças, jovens e adultos, bem como a promoção da inclusão e o desenvolvimento social no país. Já a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, criada em 1965 por outro banqueiro, Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, do então Banco Mercantil, teve como motivação a pesquisa no campo da hematologia, motivado pela morte precoce da filha, vítima de leucemia, que deu nome ao fundo. Em ambos os casos, os fundos patrimoniais nasceram com recursos compostos por ações dos respectivos bancos.

Além de banqueiros, vale destacar a atuação de empresários de outros ramos na criação de fundos patrimoniais no início dessa história no Brasil. Em 1964, Odila e Lafayette Álvaro fundaram a Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC). Foi a doação de uma fazenda realizada pelo casal, de família de cafeicultores, que garantiu os recursos necessários para criação do fundo, cujo objetivo era dar apoio técnico profissional a entidades assistenciais e estimular o voluntariado. Nesse mesmo ano, o empresário do setor metalúrgico, Salvador Arena, criou a Fundação Salvador Arena no intuito de contribuir em programas sociais nas áreas da educação, saúde, habitação e assistência social (FABIANI; WOLFFENBÜTTEL, 2022).

Mais recentemente, a fim de garantir fontes estáveis de financiamento no longo prazo, algumas universidades brasileiras começaram a estabelecer *endowments* inspirados nos fundos constituídos nas consagradas universidades americanas e europeias. É possível observar a ampliação da experiência de fundos patrimoniais a partir de exemplos como a Fundação Fundo Patrimonial da FEA USP, criada em 2017; a Associação *Endowment* Direito GV, criada em

2012; e a Associação Fundo Patrimonial Amigos da Poli (Escola Politécnica da USP), criada em 2011 (SCAFF; PEREIRA; PINHEIRO, 2021).

Em resumo, a origem dos fundos patrimoniais remonta à Antiguidade, mas desenvolveu-se a partir da Idade Média por meio de doações às universidades e instituições culturais. Desde então, os fundos patrimoniais se tornaram uma prática comum em todo o mundo, com o objetivo de garantir recursos financeiros de longo prazo para sustentar organizações e apoiar suas missões. Entretanto, precisam de regulamentação para garantir uma boa governança e sustentabilidade.

2.3 REGULAMENTAÇÃO DE FUNDOS PATRIMONIAIS NO BRASIL

O conceito de preservar o patrimônio e com seus frutos assegurar a sustentabilidade de uma instituição nasceu na Europa, mas foi nos Estados Unidos que os fundos patrimoniais expandiram e se consolidaram, especialmente no setor da educação. No Brasil, a cultura dos fundos patrimoniais pode ser considerada incipiente. (FABIANI; WOLFFENBÜTTEL, 2022).

Apenas em 2019, por meio da Lei nº 13.800 (BRASIL, 2019), houve a regulamentação de fundos patrimoniais no ordenamento jurídico brasileiro. Apesar de a lei não trazer tecnicamente uma inovação para a realidade brasileira, pois, como dito anteriormente, esse modelo, mesmo com experiências escassas, já era usado no Brasil, traz um direcionamento de sua aplicação em relação à Administração Pública, autorizando-a a firmar instrumentos de parceria para execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais. (SCAFF; PEREIRA; PINHEIRO, 2021)

A Lei 13.800/2019 é um marco regulatório importante para o desenvolvimento dos Fundos Patrimoniais no Brasil, pois estabelece regras claras para a criação e gestão desses fundos que têm como objetivo garantir recursos financeiros estáveis e duradouros para instituições sem fins lucrativos nas áreas de educação, ciência, tecnologia, pesquisa e inovação, cultura, saúde, meio ambiente, assistência social e desporto (BRASIL, 2019).

A Lei 13.800/2019 é advinda da Medida Provisória nº 851/18, editada dias após o incêndio ocorrido no Museu Nacional do Rio de Janeiro em 2018 (FIORAVANTI, 2019). Diante da emergência da situação e da comoção nacional e internacional gerada pelo acidente, a discussão a respeito de como o Museu poderia receber doações para ajudar na sua recuperação veio à tona. Nesse contexto, o debate acerca dos *endowments* ganhou relevância como uma possível solução para atrair e repassar recursos ao Museu Nacional. No documento que explica

a razão de ser da norma, a exposição de motivos, a relevância e a urgência de edição da MP foram justificadas em função do incêndio do Museu Nacional (BRASIL, 2018c):

Torna-se evidente a urgência desta medida provisória, sobretudo tendo em vista o incêndio do Museu Nacional, em seu bicentenário, o que sobressalta a necessidade de ações emergenciais. A comoção nacional e internacional tornou clara a disposição da sociedade civil e também de investidores particulares em apoiar a sua reconstrução, bem como o apoio direto à miríade de instituições de educação, pesquisa e cultura, entre outras. Sendo assim, a criação de Fundos Patrimoniais permitirá às distintas instituições, tal qual o Museu Nacional, receberem recursos de origens privadas, nacionais e internacionais, para além daquilo que já recebem por meio do orçamento público.

As instituições públicas brasileiras sofrem ainda com um grande problema: a dificuldade de financiamento. Isso porque, além de terem uma grande dependência dos repasses de recursos públicos ou captações ad hoc de recursos privados, pouco sobra para de fato custear a conservação patrimonial dessas instituições e investir em pesquisa e ensino. Assim, a normatização do instituto dos *endowments* surgiu tanto como uma solução emergencial para estimular a captação de recursos para o Museu Nacional e instituições similares relacionadas ao interesse social quanto como uma solução para a dificuldade de financiamento apenas advindo de recursos públicos.

À época, a relatora da Medida Provisória deputada Bruna Furlan (Brasil, 2018), comentou a respeito da aprovação:

Entendemos que o marco regulatório introduzido pela MP 851 finalmente traz para o Brasil a exitosa experiência internacional no emprego de fundos patrimoniais [*endowment funds*] como fonte perene de recursos para instituições públicas ou privadas.

Importante destacar, que apesar do texto inicial ter previsto benefícios fiscais aos doadores na forma de pessoa física ou jurídica, os artigos que contemplavam esses incentivos foram vetados. A então presidência justificou que a concessão de benefícios fiscais seria uma renúncia de receitas, o que estaria em desacordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (BRASIL, 2017) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000).

A Lei de Fundos Patrimoniais, nos seus artigos 3º e 16 expressa objetivamente a criação de *endowments* quando cita que “a organização gestora de fundo patrimonial instituirá fundo patrimonial com a finalidade de constituir fonte de recursos de longo prazo para o fomento das instituições apoiadas[...]” e que “a organização gestora de fundo patrimonial poderá destinar apenas os rendimentos do principal a projetos da instituição apoiada[...]” (BRASIL, 2019).

A Lei de Fundos Patrimoniais também trouxe elementos importantes relacionados à governança dos fundos patrimoniais, propondo a seguinte estrutura: uma organização gestora do fundo patrimonial, sendo essa instituição privada sem fins lucrativos instituída na forma de

associação ou de fundação privada, responsável, exclusivamente na captação e na gestão das doações oriundas de pessoas físicas e jurídicas e do patrimônio constituído (BRASIL, 2019).

O ato constitutivo da organização gestora de fundo patrimonial conterá, dentre outras obrigações, a identificação das instituições apoiadas ou as causas de interesse público; a forma de aprovação das políticas de gestão, de investimento, de resgate e de aplicação dos recursos do fundo patrimonial; os mecanismos de transparência e prestação de contas. Uma governança bem estruturada é essencial para fortalecer o compromisso com a causa, transmitir confiança e atrair parceiros e investidores.

Todos esses aspectos positivos tocantes à governança contribuem para maximizar a captação de recursos, o que representa um grande desafio para os fundos patrimoniais, especialmente no Brasil. Apesar de ter ganhado mais atenção e apoio nos últimos anos, a cultura de *endowments* no Brasil ainda está em desenvolvimento, sendo um desses desafios a falta de tradição e entendimento sobre o funcionamento desses fundos.

Comparativamente, as conjunturas do Brasil e dos Estados Unidos são diferentes devido às suas respectivas situações de desenvolvimento econômico, social e político. Essas diferenças refletem diretamente na cultura do *endowment*. Nos Estados Unidos, por exemplo, existe uma tradição filantrópica e também a concessão de benefícios fiscais sobre as doações com esse propósito. Isso faz com que, frequentemente, milionários deixem parte de sua fortuna para apoiar instituições sem fins lucrativos. Ao doar para um fundo patrimonial estabelecido, o doador tem maior segurança de que seus recursos terão um destino sustentável a longo prazo (FABIANI, 2012b).

Corroborando com o exposto acima, Oliveira, Jacob e Rossignoli (2012, p. 47) dizem ainda que:

Além de aparentemente contar com uma consciência social mais apurada no que diz respeito à cultura da doação e a ideia de responsabilidade do indivíduo pelo futuro da nação, os Estados Unidos também incentivam a arrecadação de recursos pelos fundos patrimoniais através de atrativos incentivos fiscais, que contribuem para que o espírito solidário de seus cidadãos aflorem, principalmente aqueles que conquistaram grande sucesso financeiro, como no caso do fundador da microsoft, Bill Gates, e da família.

A despeito da pouca cultura de doações a iniciativas filantrópicas no Brasil e a falta de uma política de incentivos fiscais, a recente regulamentação foi um passo importante que conferiu uma maior segurança jurídica às instituições que pretendem constituir um fundo patrimonial. Além disso, as doações realizadas pelos brasileiros motivadas pela pandemia da Covid-19, revelaram o potencial filantrópico do país.

O Brasil ainda precisa aumentar e amadurecer sua Cultura de Doação. Entretanto, o crescimento significativo de doações devido à pandemia da Covid-19 mostrou o potencial filantrópico do país, que pode perdurar com mecanismos confiáveis e transparentes para o estabelecimento de relações duradouras entre doadores e beneficiados (FABIANI; HANAI, 2020).

2.4 FUNDOS PATRIMONIAIS NAS IFES

As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) estão aos poucos despertando para utilizar os fundos patrimoniais como fonte de financiamento das atividades fim de ensino, pesquisa e extensão e, também, para a assistência estudantil. Entretanto, apenas quatro das sessenta e nove universidades federais brasileiras possuem algum fundo patrimonial estabelecido, sendo uma da região nordeste (UFBA), uma da região centro-oeste (UFG), uma da região sudeste (UFRJ), e uma da região sul (UFRGS). O Quadro 3 expõe a relação desses fundos patrimoniais com suas respectivas instituições apoiadas, uma breve descrição dos seus principais objetivos e as modalidades de doações sugeridas.

Quadro 3 - Fundos Patrimoniais das IFES

Ifes	Fundo	Principais objetivos	Doação
UFBA	Conecta EAUFBA (https://www.conecta-aeaufba.com.br)	Promover a troca de experiências e conhecimento entre ex-alunos e alunos, aproximar os ex-alunos da EAUFBA (Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia)	Qualquer valor a partir de R\$ 20,00 Doações sugeridas em reais: 20, 50, 100, 500. (pontual ou mensal)
UFRGS	Fundo Amanhã (https://fundoamanha.com)	Apoiar o desenvolvimento da comunidade da Universidade (alunos, ex-alunos, professores, técnicos e entidades representativas) por meio do investimento em programas e projetos de impacto voltados para a manutenção da excelência em ensino, pesquisa e extensão às gerações futuras.	Qualquer valor Doações sugeridas em reais: 30, 50, 150, 300, 500. (pontual ou mensal) Modalidade: Doador Patrono (+R\$500.000) Doador Benemérito (R\$100.000 - 499.999) Doador Patrocinador (R\$50.000 - 99.999) Doador Apoiador (R\$10.000 - 49.999) Doador Semente (R\$1.000 - 9.999)
UFRGS	Fundo Centenário (https://www.fundo-centenario.com.br)	Apoiar e fomentar projetos de alto impacto vinculados à Escola de Engenharia da UFRGS.	Qualquer valor Doações sugeridas em reais: pontuais - 50, 100, 250, 500, 1000, 2500. mensais - 25, 30, 50, 100, 250, 500, 1000.

UFG	Amigos do Brasil Central (https://www.amigosdobrasilcentral.com.br)	Investir em projetos, cursos, materiais e melhoria da infraestrutura relacionados às engenharias da universidade com a participação ativa da sociedade, fomentando o desenvolvimento da região Centro-Oeste e do país, criando oportunidades com inclusão e diversidade.	Qualquer valor Doações sugeridas em reais: 50, 100, 200, 500, 1000, 2500. (pontual ou mensal)
UFRJ	Reditus (https://www.reditus.org.br)	Fortalecer a comunidade UFRJ, fomentando a cultura de retribuição e aprimorando a experiência educacional.	Qualquer valor Doações sugeridas em reais: pontuais - 100, 110 e 120. mensais - 25, 75 e 150. Modalidade: Doadores Associados Beneméritos - Acima de R\$ 1M Doadores Associados Honorários - De R\$ 500 mil a R\$ 1M Doadores Associados - De R\$ 150 mil a R\$ 500 mil Doadores Platinum - De R\$ 50 mil a R\$ 150 mil Doadores Ouro - De R\$ 20 mil a R\$ 50 mil Doadores Prata - De R\$ 5 mil a R\$ 20 mil

Fonte: Páginas Web dos Fundos Patrimoniais (2022).

A partir do levantamento sintetizado no Quadro 3, é possível concluir que a implantação de fundos patrimoniais nas IFES está apenas iniciando e que, portanto, torna-se relevante o presente estudo considerando que identificação dos perfis de doadores e a disposição a doar são informações essenciais para a definição da estratégia de implantação de fundos patrimoniais destinados às IFES.

2.5 TRABALHOS RELACIONADOS

O Quadro 4 apresenta o título, o ano de publicação, uma breve descrição e os autores dos trabalhos relacionados obtidos a partir de busca do Google Acadêmico considerando as palavras-chave “fundos patrimoniais”; “endowments”; “lei 13.800”; “universidade”.

Quadro 4 - Trabalhos relacionados

Título	Ano	Descrição	Autores
A autonomia das universidades federais na execução das receitas próprias	2019	O artigo tem como objetivo analisar se as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) exercem sua autonomia de gestão financeira assegurada na Constituição Federal de 1988, diante das diversas mudanças nas regras gerais do processo orçamentário do governo federal.	Eduardo Caetano; Ivete Maria Barbosa; Madeira Campos
Financiamento de universidades federais: alternativas a partir da captação de recursos com egressos	2021	A dissertação tem como objetivo elaborar uma proposta de operacionalização para a captação de recursos dos egressos para as universidades federais brasileiras.	Diego Wander Demétrio
Fundos patrimoniais: desafios e benefícios da Lei 13.800/19	2020	O artigo tem como objetivo esclarecer as oportunidades e desafios para aqueles que desejam criar seus próprios fundos patrimoniais.	Andrea Hanai; Paula Fabiani
Fundos Patrimoniais: Criação e Gestão no Brasil	2012	A obra tem como objetivo fomentar a criação de fundos patrimoniais como alternativa efetiva para a sustentabilidade de organizações sem fins lucrativos.	Paula Jancso Fabiani; Marcos Kisil; Rodrigo Alvarez
Panorama dos Fundos Patrimoniais no Brasil	2022	A obra tem como objetivo realizar um levantamento sobre os Fundos Patrimoniais Brasileiros.	Paula Jancso Fabiani; Andréa Wolffenbuttel
Fundos patrimoniais e organizações da sociedade civil	2019	A obra tem como objetivo avaliar o ambiente jurídico para os fundos patrimoniais.	Augusto Jorge Hirata; Raquel Grazioli; Thiago Donnini
Manual para valoração econômica de recursos ambientais.	1997	A obra tem como objetivo apresentar a base teórica e metodológica dos métodos de valoração econômica dos recursos ambientais.	Ronaldo Seroa da Motta
A regulação dos fundos patrimoniais no direito brasileiro a partir da Lei 13.800/2019.	2022	O artigo tem como objetivo definir e compreender a estrutura de fundos patrimoniais, utilizando casos bem sucedidos.	Bruno Bastos de Oliveira; Marcela Moura Castro Jacob; Marisa Rossignoli
Trustee Investment Strategy for Endowments and Foundations	2006	A obra tem como objetivo explicar os fundamentos da estratégia de investimentos.	<u>Chris Russell</u>
A importância dos endowment ou fundos patrimoniais na captação de recursos para as entidades integrantes do Terceiro Setor e o princípio da Livre Concorrência.	2014	O artigo tem como objetivo explicar o conceito de Fundos Patrimoniais no contexto de entidades do terceiro setor.	José Eduardo Sabo Paes; Adair Siqueira de Queiroz Filho
Financiamento da Educação Superior no Brasil e os fundos patrimoniais: um estudo sobre o	2021	O artigo tem como objetivo investigar se os fundos patrimoniais podem ser considerados como fonte de custeio para a educação superior.	Luma Cavaleiro de Macêdo Scaff;

fundo da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.			Luiz Felipe Da Fonseca Pereira; Lucas Gabriel Lopes Pinheiro
Endowments no Brasil: a importação de uma estratégia de sustentabilidade	2012	O artigo tem como objetivo apresentar as oportunidades de criação de fundos patrimoniais no Brasil.	<u>Felipe Linetzky Sotto-Maior</u>
Os fundos patrimoniais endowment no Brasil	2016	A dissertação tem como objetivo fornecer um panorama amplo sobre os fundos patrimoniais de endowment no Brasil.	Erika Spalding
Fundos patrimoniais endowments: sustentabilidade financeira de longo prazo em prol das organizações do Terceiro Setor brasileiro	2019	A dissertação tem como objetivo analisar a implementação dos fundos patrimoniais endowments como um instrumento de gestão sustentável em benefício das organizações sem fins lucrativos de interesse social, bem como, verificar os entraves legais e institucionais que inibem a sua criação e difusão no Brasil.	Pedro Henrique Almeida de Sá Teles

Fonte: Autora (2024).

Caetano, Barbosa e Campos (2020) ressaltam que mesmo estando presente na constituição, o governo federal não fornece recursos suficientes para garantir a autonomia financeira, gerencial e patrimonial das IFES. A afirmação dos autores corrobora com a motivação deste trabalho, de que as IFES necessitam buscar fontes alternativas de financiamento de suas atividades e os fundos patrimoniais podem ser uma importante ferramenta para tal, caso a cultura de doações, principalmente por parte dos egressos, seja implantada ao longo do tempo no Brasil.

Scaff, Pereira e Pinheiro (2021) investigam se os fundos patrimoniais podem ser considerados como fonte de custeio para a educação superior, bem como realizam um estudo de caso sobre o fundo patrimonial da Escola Politécnica da USP. Os autores concluem que os fundos patrimoniais não substituem o financiamento público do ensino superior, mas que podem ser uma fonte de custeio adicional. A conclusão dos autores está alinhada com este trabalho que busca criar subsídios para a concepção de um fundo patrimonial, considerando este instrumento como forma de captação de recursos complementar para financiamento das atividades da educação superior pública no Brasil.

Fabiani e Hanai (2020) ressaltam que em geral o brasileiro é solidário e mobiliza-se em torno de causas relevantes, como observado em campanhas de doação durante a pandemia do COVID-19. As autoras analisam também a Lei 13.800/2019 que regulamenta os fundos patrimoniais no Brasil, apontam que as instituições públicas podem a utilizar para fortalecer sua sustentabilidade financeira, mas que a falta de estímulos, especialmente incentivos fiscais, é uma barreira a ser superada. Este trabalho apoia-se na hipótese de que pessoas diretamente

beneficiadas pelas IFES possam se engajar em criar oportunidades para que outros estudantes, principalmente aqueles em vulnerabilidade socioeconômica, possam se beneficiar da educação superior pública e gratuita. Porém, a lei do endowment é relativamente recente e precisa ser avaliada e, caso necessário, revisada à medida que os fundos patrimoniais sejam implantados, em especial nas IFES.

Fabiani, Kisil e Alvarez (2012) e Fabiani e Wolffenbuttel (2022) conceituam, historizam e apontam as motivações para criação de fundos patrimoniais, bem como fazem um levantamento sobre fundos patrimoniais no Brasil à época. Hirata, Grazzioli e Donnini (2019) fazem uma análise da Lei 13.800/2019 e descrevem uma comparação dos aspectos jurídicos dos fundos patrimoniais no Brasil, Estados Unidos, Reino Unido e França. Russell (2006) apresenta boas práticas para estratégia de investimento de fundos patrimoniais. Paes e Queiroz Filho (2014) descrevem definições e aspectos jurídicos de fundos patrimoniais. Sotto-Maior (2012) apresenta a origem, principais características, políticas de investimento, regras de resgate, caracterização de doadores, dificuldades e oportunidades de implantação de fundos patrimoniais no Brasil. Spalding (2016) elabora um amplo panorama sobre fundos patrimoniais no Brasil, considerando os principais desafios jurídico-institucionais e propostas de soluções. Oliveira, Jacob e Rossignoli (2022) buscam compreender a estrutura dos fundos patrimoniais a partir de casos de sucesso. Finalmente, Teles (2019) analisa a implementação de fundos patrimoniais como uma opção sustentável em prol de organizações sem fins lucrativos de interesse social. Este trabalho utilizou alguns dos conceitos apresentados por estes autores, bem como o histórico e o panorama dos fundos patrimoniais no Brasil, para situar a pesquisa realizada.

Demétrio (2021) prescreve um roteiro por meio de um conjunto de passos que devem ser realizados para operacionalizar a captação de recursos para fundos patrimoniais de IFES, desde a definição do objetivo do fundo até a gestão do fundo. Este trabalho dá suporte a um dos passos definidos no roteiro, mais especificamente “preparação de campanha e ações de relacionamento com egressos”, pois visa fornecer subsídios para definição de cenário e perfis de doadores para concepção do fundo patrimonial de uma IFES específica, a UFRPE.

Motta (1997) apresenta o manual para valoração econômica de recursos ambientais, com os principais fundamentos teóricos e metodológicos para orientar a utilização de métodos estatísticos em estudos de valoração. Dentre os métodos estatísticos apresentados está o Método de Valoração Contingente (MVC), usado neste trabalho para valoração de cenários de doação para fundos patrimoniais.

2.6 MÉTODO DE VALORAÇÃO CONTINGENTE (MVC)

A valoração contingente, também conhecida como valoração hipotética, busca valores econômicos em cenários pré-definidos, frisando que o valor do bem ou serviço a ser valorado deve ser considerado dentro de um contexto social e de mercado, não isoladamente (VASCONCELLOS, 2012).

O Método de Valoração Contingente (MVC) utiliza entrevistas individuais para identificar as preferências das pessoas em relação a um bem ou serviço específico, buscando estimar a Disposição a Pagar (DAP) para obter esse benefício (SILVA; LIMA, 2004).

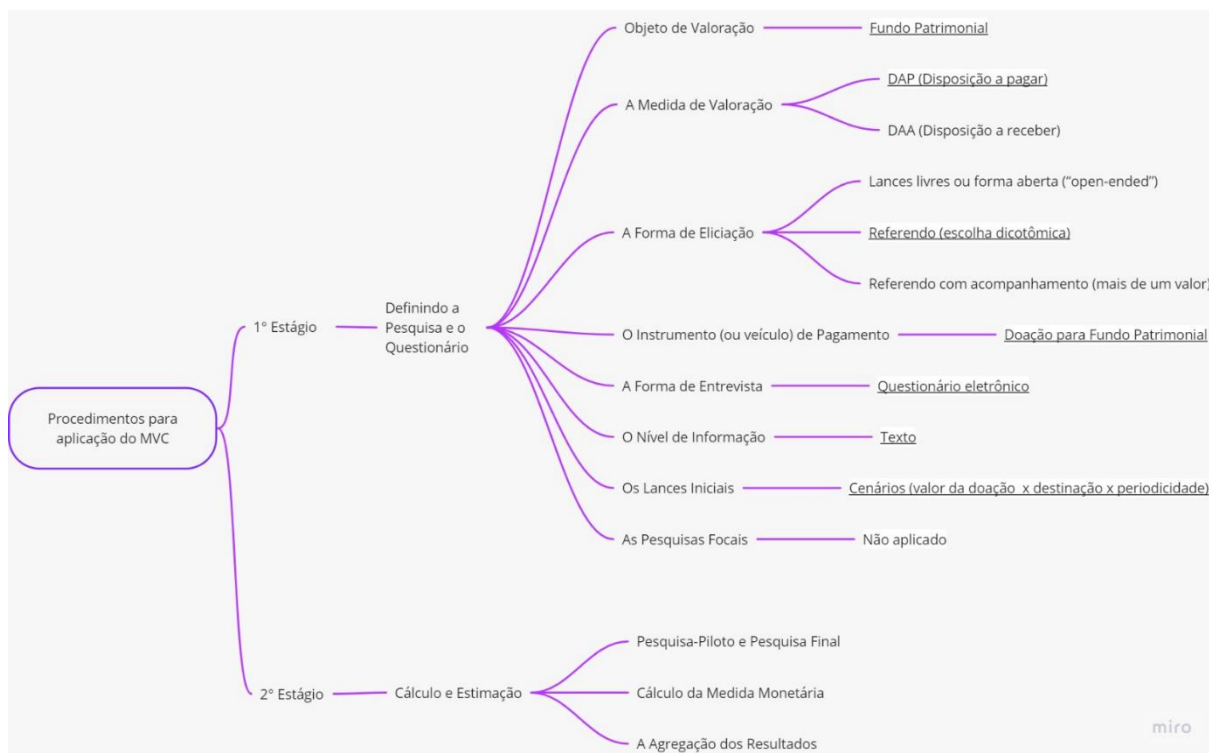
Nesse sentido, Faria e Nogueira (1998, p.2) apontam que:

O Método de Valoração Contingente (MVC) busca valorar bens públicos e/ou ambientais para os quais não há preços de mercado. Na ausência de sinais de mercado, o método se propõe, por meio de *surveys* revelar as preferências do consumidor por um bem ou serviço ambiental e, com isso, captar a sua disposição para pagar pelo bem em questão. Trata-se, portanto, da criação de um mercado hipotético, construído a partir de técnicas de questionários que buscam revelar as preferências dos indivíduos pelo bem público ou ambiental. Nesse sentido, o método será tanto mais preciso quanto mais próximo do real for o mercado hipotético criado.

A ideia central do MVC é que as pessoas possuem preferências distintas por diferentes bens ou serviços, o que é evidenciado quando elas vão ao mercado e pagam valores específicos por eles. Ou seja, ao adquirir tais produtos, elas demonstram sua disposição a pagar (DAP) por esses bens ou serviços (FARIA; NOGUEIRA, 1998).

O MVC também fornece informações sobre a importância econômica de valores de uso passivos, por exemplo, a importância atribuída a um programa hipotético do governo, atrelado a um custo, que poderia reduzir a probabilidade de ocorrência de um futuro evento ambiental adverso como, por exemplo, uma enchente (VASCONCELLOS, 2012).

A Figura 4 apresenta os dois estágios requeridos para aplicação do Método de Valoração Contingente (MVC), de acordo com Motta (1997). O 1º estágio, denominado “Definindo a pesquisa e o questionário”, consiste da definição da estratégia a ser adotada desde o objeto da valoração até o desenho da amostra. No contexto deste trabalho, estão destacadas em sublinhado as escolhas realizadas. O 2º estágio, denominado “Cálculo e estimação”, consiste na aplicação da estratégia, por meio das atividades de pesquisa, cálculo da medida monetária e agregação dos resultados.

Figura 4 - Procedimentos para aplicação do MVC

Fonte: adaptado de Motta (1997).

O *Objeto da Valoração* determina qual o recurso a ser valorado, no caso deste trabalho será o fundo patrimonial. A *medida de valoração* serve para identificar qual a forma de valorar o objeto, podendo ser a Disposição a Aceitar (DAA), como uma compensação, ou a Disposição a Pagar (DAP), como um pagamento. Para este trabalho, trata-se de uma DAP por que se deseja saber o quanto a pessoa está disposta a contribuir com o fundo patrimonial por meio de uma doação.

A *Forma de Eliciação* refere-se aos meios de se obter as respostas, podendo ser: Lances livres ou forma aberta (“open-ended”), onde o respondente declara o valor de quanto deseja pagar, sem opções pré-definidas; Referendo (escolha dicotômica), onde é apresentado um valor e o respondente responde sim ou não quanto a disposição a pagar; e o Referendo com acompanhamento (mais de um valor), no qual é apresentado um valor inicial e a partir da resposta é apresentado um segundo valor, por exemplo, “você está disposto a pagar X?”, em caso de resposta positiva é apresentado uma segunda pergunta: “você está disposto a pagar a 2X?”. Para este trabalho optou-se pelo Referendo (escolha dicotômica) pois é a forma mais utilizada atualmente.

O *Instrumento (ou veículo) de Pagamento* define o instrumento de pagamento ou compensação o qual será usado para valorar o objeto, como por exemplo: um novo imposto,

uma nova tarifa ou uma doação para um fundo de instituição sem fins lucrativos, quando for o caso da disposição a pagar (DAP). No caso deste trabalho, o instrumento será a doação para fundo patrimonial. A *Forma de Entrevista* determina como será a aplicação do questionário, para este trabalho foi adotado como forma de entrevista o questionário eletrônico, tanto pela praticidade em se responder as questões e analisar as respostas, como pela facilidade para difundir o questionário. O *Nível de Informação* define qual o assunto relacionado ao objeto de valoração e deve ser declarado de maneira objetiva e o mais próximo da realidade. Para este trabalho será utilizado um texto com uma breve descrição sobre uma situação hipotética de criação de um fundo patrimonial na universidade.

Os *Lances Iniciais* utilizados no método referendo tem como objetivo definir um intervalo de valores monetários (mínimo e máximo) de modo a evitar respostas 100% aceitas ou 100% rejeitadas. No caso deste trabalho, o valor proposto em cada cenário foi definido a partir das respostas obtidas no questionário piloto. As *Pesquisas Focais* não foram adotadas para este trabalho. O *Desenho da Amostra* determina o público alvo o qual vai ser aplicado o questionário, neste trabalho serão os egressos da UFRPE.

A *Pesquisa-Piloto*, sempre que possível, deve ser realizada a fim de testar a percepção dos entrevistados em relação ao questionário, questões como dificuldade de acesso ao questionário ou falta de clareza na apresentação da informação podem ser identificadas e sanadas antes da elaboração do questionário final. A *Pesquisa Final* deve ser realizada cuidadosamente tendo como referência os passos anteriores citados acima. Para este trabalho foi aplicado um questionário-piloto para identificar a preferência dos entrevistados em relação à destinação, valor e periodicidade das doações para fundos patrimoniais para serem usadas nos cenários propostos no questionário final.

O *Cálculo da Medida Monetária* é a etapa de estimação dos parâmetros da equação da DAP. No caso deste trabalho, onde é aplicado questionário, foi utilizado a metodologia de apresentação de cenários hipotéticos para aceitação ou não. Neste modelo de questionário as respostas são binárias (variável dependente dicotômica) sendo para isso necessário a utilização do modelo logit para estimação dos parâmetros. A *Agregação dos Resultados* é a apresentação das variáveis relevantes que impactam na aceitação do cenário.

2.7 MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA – LOGIT

O modelo estatístico usado no tratamento dos dados foi a regressão logística, por meio da função logit. Esse modelo é frequentemente usado para classificação e análise preditiva. A

regressão logística estima a probabilidade de ocorrência de um evento, no caso deste trabalho, de um cenário ser aceito ou não (variável resposta/dependente binária), com base em um determinado conjunto de variáveis socioeconômicas (variáveis explicativas/independentes). Além da indicação da probabilidade do evento acontecer, essa técnica pode indicar também qual a influência de cada variável independente no evento em questão.

Na regressão logística, a probabilidade de um evento acontecer é modelada utilizando a função logística (também chamada de função sigmoide). A função logística é definida como:

$$P(Y = 1) = \frac{1}{1 + e^{-\text{logit}}}$$

onde $P(Y=1)$ é a probabilidade de o evento acontecer, e logit é o resultado da combinação linear dos coeficientes da regressão e das variáveis independentes.

Aqui, e é a base do logaritmo natural, e logit é dado por:

$$\text{logit} = \beta_0 + \beta_1 * X_1 + (...) + \beta_n * X_n$$

Nessa equação, X é a variável independente e n corresponde a quantidade de variáveis independentes consideradas. Para ajustar um modelo de regressão foi necessário estimar os parâmetros $\beta_0, \beta_1 \dots \beta_n$ do modelo. Para isso, utilizou-se o método de estimação da máxima verossimilhança, que permitiu encontrar os estimadores dos parâmetros do modelo que tem maior probabilidade de replicar o padrão de observações nos dados da amostra (GONZALEZ, 2018).

No contexto deste trabalho, um cenário hipotético de doação ao Fundo Patrimonial corresponde ao logit e podemos supor que fatores socioeconômicos podem influenciar na aceitação ou não desse cenário, tais como, idade, sexo e renda. Desta forma, a variável dependente é a probabilidade de aceitação ou não do cenário (CEN) e as variáveis independentes são idade, sexo e renda. Logo, a fórmula logit seria:

$$\text{CEN} = \beta_0 + \beta_1 * \text{Idade} + \beta_2 * \text{Sexo} + \beta_3 * \text{Renda}$$

A regressão logística permite prever o efeito do conjunto de variáveis independentes sobre a variável dependente binária, bem como classificar observações, estimando a probabilidade de uma observação estar em uma categoria determinada (GONZALEZ, 2018). Desta forma, após a aplicação do modelo, considerando a última fórmula apresentada, pode-se

concluir, por exemplo, que a variável *Idade* é bastante significativa, enquanto que a variável *Sexo* não tem relevância para aceitação ou não do cenário de doação para Fundo Patrimonial. Além disso, a análise pode informar que indivíduos acima de uma determinada idade são mais ou menos propensos a aceitar aquele cenário hipotético.

2.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse capítulo apresentou os principais trabalhos encontrados na literatura especializada que representam o referencial ou arcabouço teórico em que este trabalho se fundamenta. Segundo Rowley e Slack (2004), um arcabouço teórico é fundamental para o trabalho que está sendo desenvolvido, por apontar e estruturar os conceitos identificados em obras relevantes, com o objetivo de captar o estado da arte do campo do conhecimento abordado na pesquisa.

Em conformidade com o método científico, após a apresentação do referencial teórico, faz-se necessário caracterizar a pesquisa e especificar as etapas que conduziram o trabalho realizado. Portanto, no próximo capítulo é apresentada a Metodologia de Pesquisa.

3 METODOLOGIA

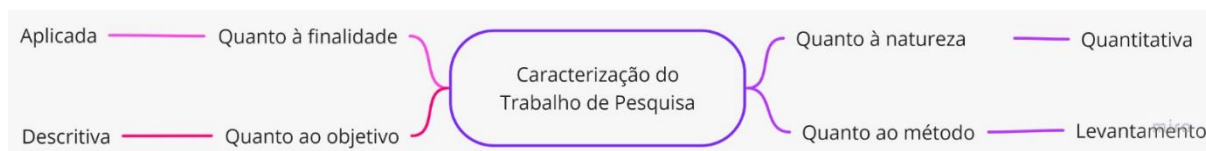
O estudo que será desenvolvido neste trabalho de mestrado profissional está relacionado a novas formas de arrecadação para IFES como alternativa para aumentar a receita, mais especificamente no que se refere ao perfil de possíveis doadores de recursos destinados a um fundo patrimonial com propósitos previamente definidos. Para tanto, faz-se necessário adotar estratégias metodológicas que serão empregadas ao longo da pesquisa a fim de que as etapas da pesquisa sejam conduzidas sistematicamente de forma a alcançar os objetivos pretendidos.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A Figura 5 apresenta a caracterização do trabalho de pesquisa quanto ao método, aos objetivos, à natureza e à finalidade, conforme classificação proposta por Gil (2017) e Martins e Theóphilo (2009).

Um trabalho de pesquisa precisa ser orientado por um método científico para atender o problema de pesquisa proposto. Quanto à finalidade, a pesquisa classifica-se como aplicada, pois tem como objetivo a aquisição de conhecimento para aplicação numa situação específica (GIL, 2017).

Figura 5 - Caracterização da Pesquisa



Fonte: Autora (2024).

O conhecimento a ser adquirido refere-se à especificação dos perfis socioeconômicos de possíveis doadores e as respectivas disposições a pagar e preferências na destinação dos recursos doados. Esse conhecimento será útil para definição de estratégias de comunicação e arrecadação mais efetivas.

Em relação ao objetivo, trata-se de uma pesquisa descritiva, que segundo Gil (2017, p.42), “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno”. No caso deste estudo, busca-se identificar possíveis relações entre variáveis socioeconômicas para caracterizar perfis de doadores.

Quanto à natureza da pesquisa, esta pode ser classificada como quantitativa. Segundo Martins e Theóphilo (2009), a aplicação de técnicas Estatísticas sobre dados coletados, organizados, sumarizados permite a interpretação dos dados numéricos e caracteriza uma

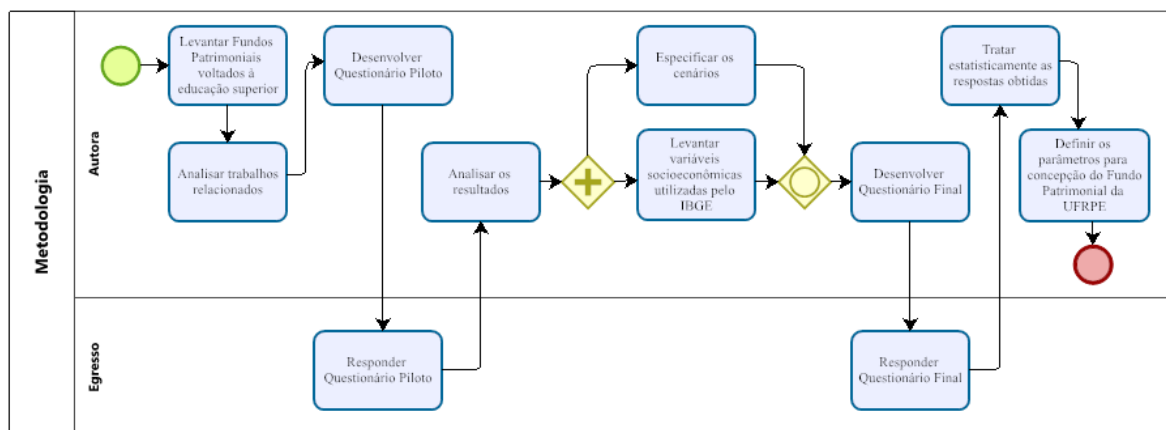
avaliação quantitativa. Essa abordagem adequa-se à pesquisa proposta tendo em vista que utilizará como ferramenta para análise quantitativa dos dados coletados o Método de Valoração Contingente (MVC) (MOTTA, 1997) cuja finalidade é a valoração de um bem ou serviço social/econômico que não há preço de mercado.

Finalmente, quanto ao método, o trabalho de pesquisa utilizará o Levantamento. Para Gil (2017, p.50), “As pesquisas deste tipo caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados”. Dessa forma, serão aplicados questionários estruturados com perguntas fechadas, a fim de se obter respostas sobre a intenção de doação coletiva para um propósito específico.

3.2 ETAPAS DA PESQUISA

A Figura 6 apresenta as etapas da pesquisa por meio de um fluxo sequencial especificado em notação BPMN. A seguir é descrito o propósito de cada etapa presente no referido fluxo.

Figura 6 - Etapas da Pesquisa



Fonte: Autora (2024).

1. Levantar Fundos Patrimoniais voltados à educação superior: foi realizada uma pesquisa na web a partir da qual foi possível encontrar um monitor de fundos patrimoniais no Brasil (IDIS, 2023). O resultado desta atividade pode ser observado no Quadro 3 presente no Capítulo 2.
2. Analisar trabalhos relacionados: busca por trabalhos relacionados ao tema de fundos patrimoniais utilizando o google acadêmico, os quais serviram para a elaboração da

fundamentação teórica descrita no Capítulo 2, sendo que o Quadro 4 apresenta a síntese dos trabalhos relacionados encontrados.

3. Desenvolver Questionário Piloto: o propósito dessa atividade foi descobrir quais as preferências relacionadas aos valores, destinação e periodicidade da doação, a fim de tornar mais assertivos os cenários propostos no questionário final. Esta atividade será detalhada na Subseção 3.2.1.
4. Responder o Questionário Piloto: essa atividade foi realizada pelos egressos de IFES. Tais respondentes foram selecionados por meio da seguinte estratégia: “bola de neve” (*snowball sampling*), essa é uma técnica de amostragem não probabilística onde os indivíduos iniciais convidam novos participantes da sua rede de amigos e conhecidos, ou seja, usar a rede social dos indivíduos iniciais para ter acesso ao coletivo. Esta atividade será detalhada na Subseção 3.2.2.
5. Analisar os resultados: a partir das respostas do Questionário Piloto, foram encontradas as preferências para a definição de cenários. Esta atividade será detalhada na Subseção 3.2.3.
6. Especificar os cenários: especificação de até 5 cenários hipotéticos contendo uma combinação de valor, periodicidade e destinação de doação para um fundo patrimonial em uma IFES. Esta atividade será detalhada na Subseção 3.2.4.
7. Levantar variáveis socioeconômicas utilizadas pelo IBGE: estudar o questionário do Censo 2022 para encontrar faixas de renda, escolaridade, idade e cor, variáveis estas utilizadas no Questionário Final. Esta atividade será detalhada na Subseção 3.2.5.
8. Desenvolver Questionário Final: especificação das questões suficientes para traçar o perfil socioeconômico dos possíveis doadores em cada cenário considerado. Esta atividade será detalhada na Subseção 3.2.6.
9. Responder o Questionário Final: obter feedback de egressos da UFRPE participantes da pesquisa sobre o(s) cenário(s) mais provável(is) para motivar a doação. Esta atividade será detalhada na Subseção 3.2.7.
10. Tratar estatisticamente as respostas obtidas: a partir das respostas do Questionário Final, aplicar o método MVC por meio da função estatística Logit para obter o peso de cada variável socioeconômica relacionada a cada cenário e, então, definir aquelas variáveis mais determinantes. Esta atividade será detalhada na Subseção 3.2.8.
11. Definir os parâmetros para concepção do Fundo Patrimonial da UFRPE: a partir das variáveis mais determinantes, definir o perfil socioeconômico de doadores, a disposição

a doar e a destinação para concepção do Fundo Patrimonial da UFRPE. Esta atividade será detalhada na Subseção 3.2.9.

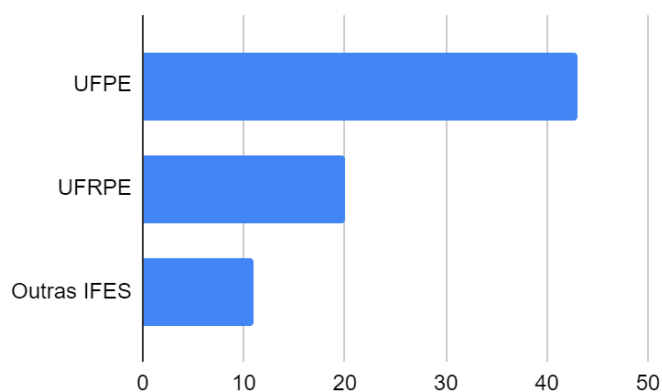
3.2.1 Desenvolver Questionário Piloto

O Questionário Piloto (Apêndice A) foi desenvolvido por meio do Google Forms e destinado apenas à ex-alunos(as) de universidades públicas. A primeira pergunta referia-se a universidade a qual o(a) entrevistado(a) é egresso, as próximas duas, visavam identificar as preferências dos entrevistados em relação à destinação, valor e periodicidade do recurso a ser doado considerando a situação hipotética da criação de um fundo patrimonial pela universidade. E por fim, a última pergunta (opcional) solicitava o e-mail caso o(a) respondente quisesse participar do questionário final.

3.2.2 Responder Questionário Piloto

O Questionário Piloto (Apêndice A) foi inicialmente enviado para um grupo de pessoas conhecidas que, posteriormente, compartilharam com outros indivíduos que atendiam ao requisito de ser egresso de alguma IFES. O período de resposta para o questionário foi de 18/01 a 06/02/2023, resultando em um total de 74 respostas recebidas. A Figura 7 apresenta o quantitativo por IFES aos quais os respondentes são egressos.

Figura 7 - Vinculação dos respondentes às IFES



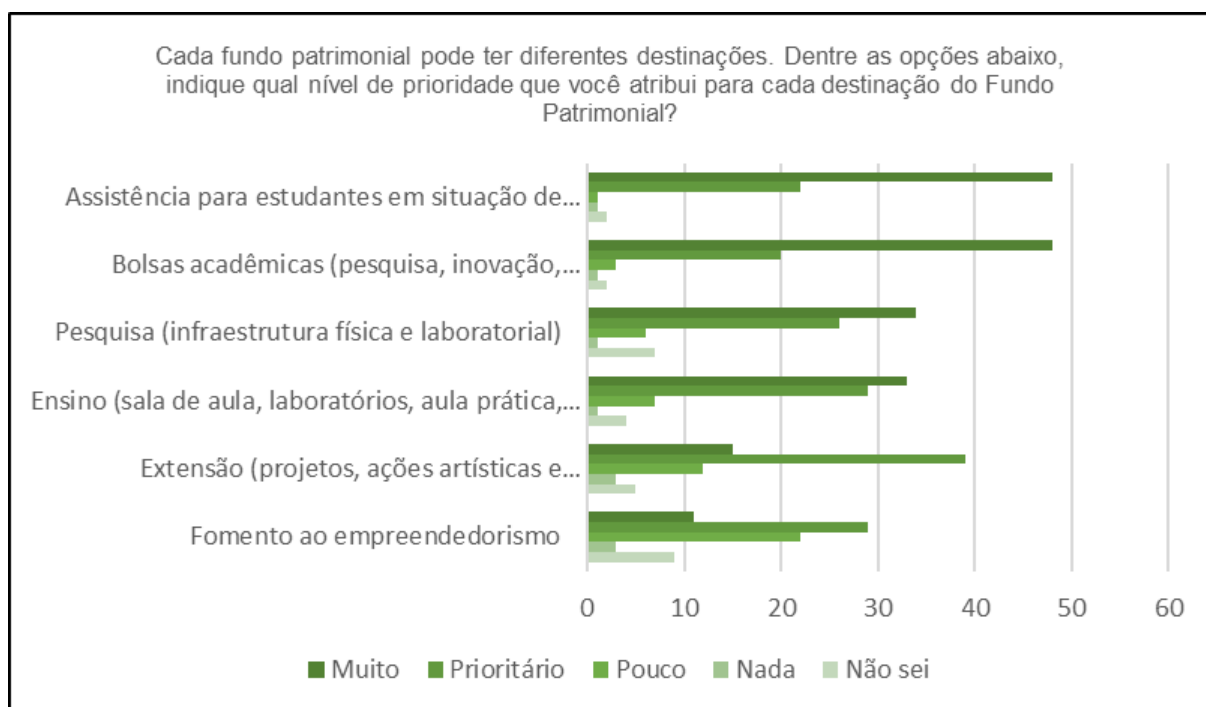
Fonte: Autora (2024).

3.2.3 Analisar resultados

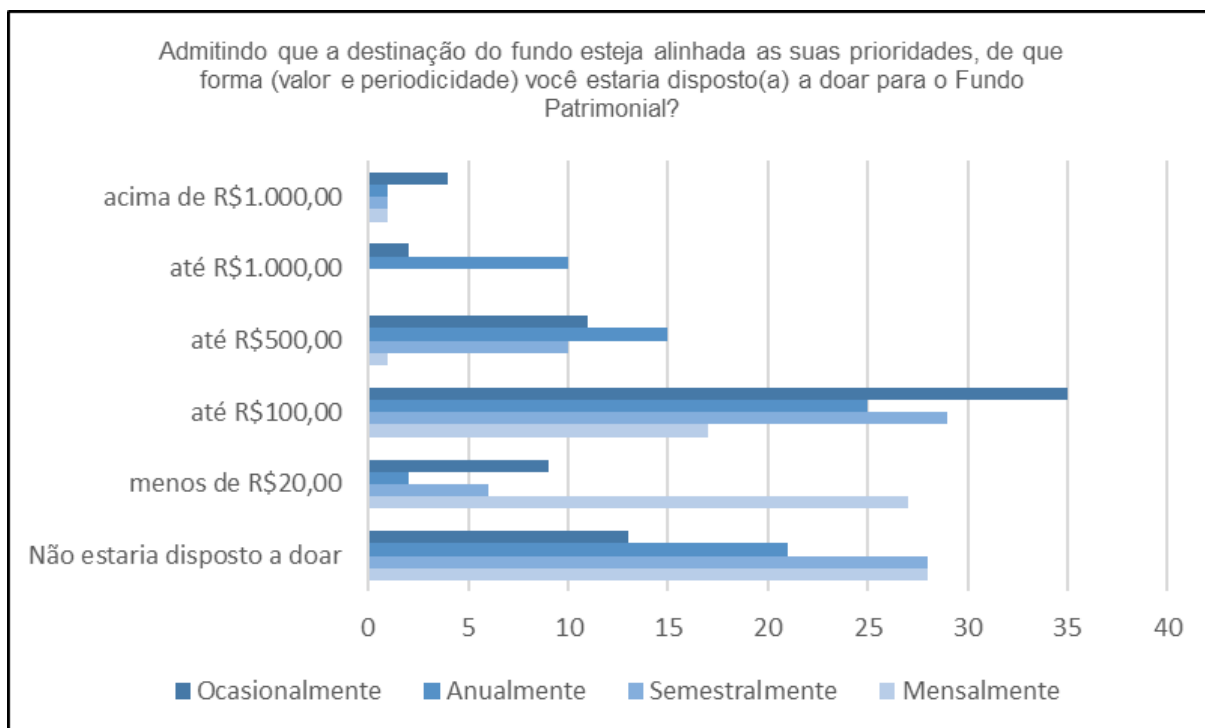
A partir das respostas do Questionário Piloto obtidas relacionadas à pergunta “Cada fundo patrimonial pode ter diferentes destinações. Dentre as opções, indique qual nível de prioridade você atribui para cada destinação do Fundo Patrimonial?”, foi possível observar uma inclinação para a priorização das alternativas: “Assistência para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica” e “Bolsas acadêmicas (pesquisa, inovação, extensão)”, conforme Figura 8.

Já em relação à segunda pergunta “Admitindo que a destinação do fundo esteja alinhada às suas prioridades, de que forma (valor e periodicidade) você estaria disposto(a) a doar para o Fundo Patrimonial?”, ficou evidenciado a preferência por valores até R\$100,00 doados ocasionalmente e até R\$20,00 doados mensalmente, conforme Figura 9. Além disso, foi possível observar que dentre os que responderam “Não estaria disposto a doar”, a opção “ocasionalmente” foi a menos rejeitada diante das opções de doação com regularidade, quer seja mensal, semestral ou anual.

Figura 8 - Priorização da destinação do Fundo Patrimonial



Fonte: Autora (2024).

Figura 9 - Periodicidade e valor da doação

Fonte: Autora (2024).

3.2.4 Especificar Cenários

A partir da análise dos dados do Questionário Piloto, foi possível definir os seguintes critérios a serem utilizados na modelagem dos cenários:

- Com relação a destinação do fundo patrimonial (Figura 8), foi descartada apenas a opção “Fomento ao empreendedorismo”, pois foi considerada como prioritária (somatória de respostas “prioritário” e “muito prioritário”) por apenas 54,05% dos respondentes. As demais opções foram consideradas, pois alcançaram mais de 70% na avaliação quanto à prioridade pelos respondentes;
- Com relação à periodicidade da doação (Figura 9), todas as opções (ocasional, mensal, semestral e anual) foram consideradas, tendo em vista que nenhuma delas foi avaliada como “Não estaria disposto a doar” por mais de 30% dos respondentes;
- Com relação ao valor da doação (Figura 9), apenas a opção “até R\$1.000,00” foi descartada, pois foi a única a não ter sido considerada em todas as possibilidades de periodicidade;
- A destinação do fundo patrimonial foi ainda considerada como: Diretamente aos estudantes e Indiretamente aos estudantes. Diretamente aos estudantes foram

consideradas as opções “Assistência para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica” e “Bolsas acadêmicas”. Já Indiretamente aos estudantes foram consideradas as opções “Ensino”, “Pesquisa” e “Extensão”;

- Os valores de doação foram considerados como Valores de pequeno vulto (“até R\$20,00” e “até R\$100,00”) e Valores de médio vulto (“até 500,00” e “acima de R\$1.000,00”); e
- A periodicidade foi considerada para Planos de contribuição (“Mensal”, “Semestral” e “Anual”) e para eventuais Campanhas de arrecadação (“Ocasional”).

A partir dos critérios estabelecidos foram projetados modelos de cenários:

- 1) Diretamente aos estudantes, considerando valor de pequeno vulto em plano mensal;
- 2) Diretamente aos estudantes, considerando valor de pequeno vulto em plano semestral;
- 3) Diretamente aos estudantes, considerando valor de pequeno vulto em campanhas;
- 4) Indiretamente aos estudantes, considerando valor de médio vulto em plano anual; e
- 5) Indiretamente aos estudantes, considerando valor de médio vulto em campanhas.

Finalmente, a partir dos modelos projetados foram especificados (instanciados) cinco cenários hipotéticos, os quais serão usados na composição do questionário final:

- Cenário 1: Você estaria disposto a doar o valor de até R\$20,00, mensalmente, sabendo que a sua contribuição iria apoiar alunos da UFRPE em situação de vulnerabilidade socioeconômica e subsidiar bolsas de estudo (pesquisa, inovação, extensão)?;
- Cenário 2: Você estaria disposto a doar o valor de até R\$100,00, ocasionalmente, sabendo que a sua contribuição iria apoiar alunos da UFRPE em situação de vulnerabilidade socioeconômica e subsidiar bolsas de estudo (pesquisa, inovação, extensão)?;
- Cenário 3: Você estaria disposto a doar o valor de até R\$100,00, semestralmente, sabendo que a sua contribuição iria apoiar alunos da UFRPE em situação de vulnerabilidade socioeconômica e subsidiar bolsas de estudo (pesquisa, inovação, extensão)?;
- Cenário 4: Você estaria disposto a doar o valor de até R\$500,00, anualmente, sabendo que a sua contribuição iria apoiar projetos da UFRPE relacionados à Extensão (projetos, ações artísticas e comunitárias, etc.), Ensino (sala de aula, laboratórios, aula prática, etc.) ou Pesquisa (infraestrutura física e laboratorial)?; e
- Cenário 5: Você estaria disposto a doar um valor acima de R\$1.000,00, ocasionalmente, sabendo que a sua contribuição iria apoiar projetos da UFRPE relacionados à Extensão

(projetos, ações artísticas e comunitárias, etc.), Ensino (sala de aula, laboratórios, aula prática, etc.) ou Pesquisa (infraestrutura física e laboratorial)?.

3.2.5 Levantar variáveis socioeconômicas utilizadas pelo IBGE

A fim de levantar as informações referentes às questões socioeconômicas dos entrevistados(as), optou-se por utilizar como referência o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Figura 10 apresenta as opções de respostas relacionadas a sexo, cor ou raça, e faixa de rendimento mensal utilizadas no Questionário do Censo 2022 do IBGE.

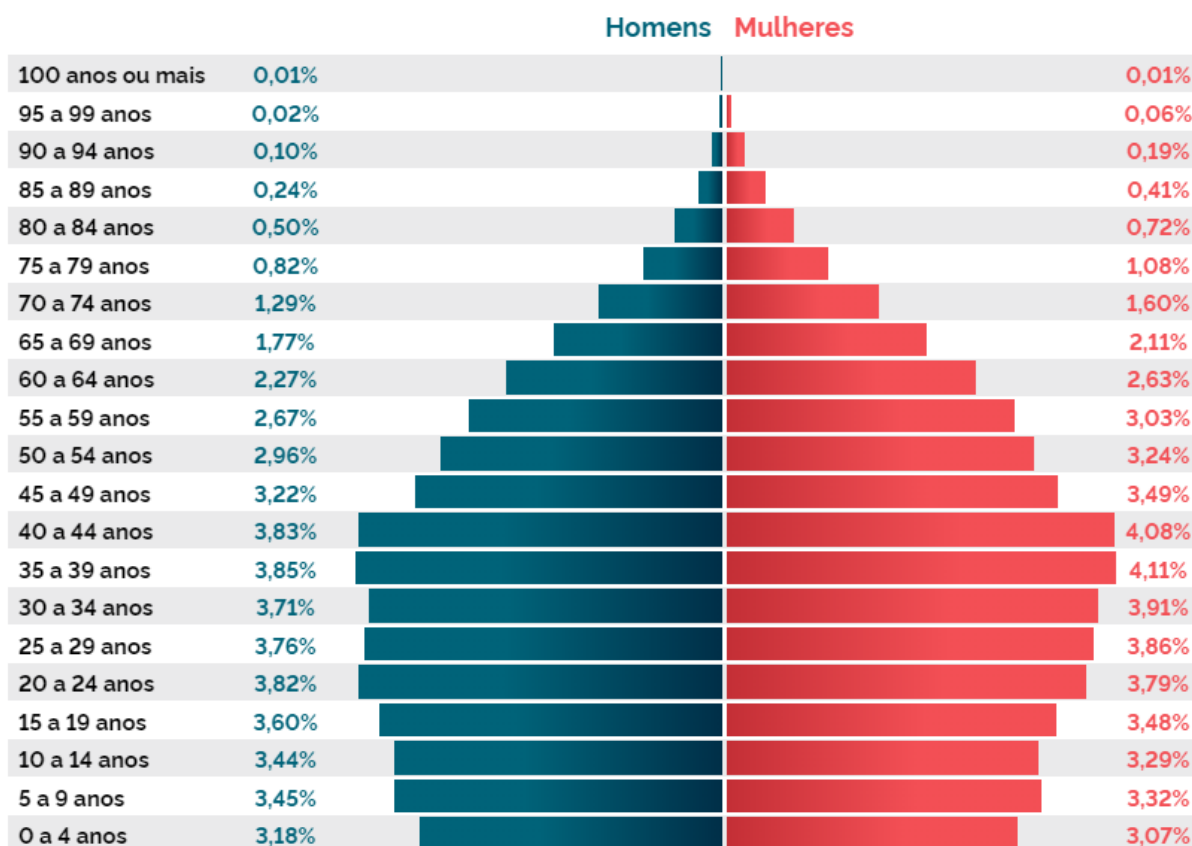
Figura 10 - Fragmento do questionário Censo 2022 IBGE

2.04 SEXO:		☐ 1 - MASCULINO	☐ 2 - FEMININO
-------------------	--	--	---------------------------------------

4.01 A SUA COR OU RAÇA É: ☐ 1 - BRANCA ☐ 2 - PRETA ☐ 3 - AMARELA ☐ 4 - PARDA ☐ 5 - INDÍGENA	14.12.2 FAIXA DE RENDIMENTO: ☐ 1 - 1,00 a 500,00 ☐ 2 - 501,00 a 1.000,00 ☐ 3 - 1.001,00 a 2.000,00 ☐ 4 - 2.001,00 a 3.000,00 ☐ 5 - 3.001,00 a 5.000,00 ☐ 6 - 5.001,00 a 10.000,00 ☐ 7 - 10.001,00 a 20.000,00 ☐ 8 - 20.001,00 a 100.000 ☐ 9 - 100.001 ou mais
--	--

Fonte: IBGE (2022).

A Figura 11 apresenta a Pirâmide Etária do Brasil, extraída do Censo 2022 do IBGE. A faixa etária e as demais variáveis socioeconômicas supracitadas, utilizadas no Questionário Final, foram baseadas nestas classificações do IBGE.

Figura 11 - Pirâmide etária do Brasil

Fonte: IBGE (2022).

3.2.6 Desenvolver questionário final

O Questionário Final (Apêndice B) foi desenvolvido por meio do Google Forms, dividido em dois blocos. A primeira parte busca, a partir de perguntas de múltipla escolha de cunho/natureza socioeconômica, identificar o perfil do respondente para que, posteriormente, possa ser verificado se e em que medida as variáveis desse perfil se relacionam com os cenários escolhidos. As perguntas de múltipla escolha referem-se a: sexo; faixa etária; cor ou raça; rendimento mensal individual; formação acadêmica; área da formação; e se o egresso, enquanto estudante, recebeu algum benefício/auxílio.

As alternativas para sexo e cor ou raça foram exatamente as mesmas usadas pelo IBGE no Censo 2022 (Figura 10). Quanto à faixa etária, tendo como base a pirâmide etária do IBGE (Figura 11), houve o seguinte agrupamento: as quatro primeiras faixas foram consideradas como “Menos de 20 anos”; e as sete últimas faixas foram consideradas como “70 anos ou mais”. Com relação ao rendimento mensal individual, considerando as alternativas do Censo 2022 do IBGE (Figura 10), houve o seguinte agrupamento: as duas primeiras faixas foram consideradas como “Até R\$1.000,00”. As opções de formação acadêmica foram escolhidas a partir dos níveis

de formação que a UFRPE oferece: Graduação, Especialização, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado. As opções de área de formação foram baseadas nas áreas de conhecimento da CAPES: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes e Multidisciplinar.

Já o segundo bloco do Questionário Final, foi construído por questões no formato referendo, o qual propõe ao entrevistado cenários hipotéticos referentes a disposição a pagar de um certo valor por um período determinado para uma finalidade específica. Além disso, também foi perguntado, caso o respondente não considerasse nenhum dos cenários, se ele doaria algum outro valor (resposta aberta) em que periodicidade; e, eventualmente, por qual(is) motivo(s) ele não estaria disposto a doar.

3.2.7 Responder questionário final

Essa etapa iniciou com a divulgação do Questionário Final ao público-alvo. O público-alvo consistiu de egressos da UFRPE, considerando que as respostas serviram para subsidiar a concepção do fundo patrimonial daquela universidade. A escolha por egressos foi baseada em experiências bem sucedidas em universidades estrangeiras, onde os maiores doadores são ex-alunos destas instituições. A mobilização do público-alvo para responderem o Questionário Final, na modalidade on-line, demandou bastante esforço e resiliência, mesmo sendo necessários poucos minutos para o preenchimento completo. A estratégia adotada foi a “bola de neve”, onde para cada indivíduo que foi convidado a responder, foi solicitado que indicasse outras pessoas que pertenciam à população alvo, criando um efeito cascata. Considerando que a autora é servidora da UFRPE, foi possível utilizar sua rede de contatos, incluindo colegas técnicos e docentes que atendiam aos critérios da pesquisa, para responderem ao questionário e pedirem para que ex-alunos da UFRPE em suas próprias redes de relacionamento também participassem. O Questionário Final foi disponibilizado entre 20 de setembro a 14 de outubro de 2023 e, ao todo, foram obtidas 256 respostas.

3.2.8 Tratar estatisticamente as respostas obtidas

Para avaliar a aceitação de cada cenário proposto, apresentado no bloco II do Questionário Final (Apêndice B), foi aplicado o Método de Valoração Contingente - MVC, mais especificamente o método Referendo, pois o objetivo foi estimar uma função de probabilidade para a Disposição a Pagar (DAP) por meio de uma escolha binária (sim ou não).

Dessa forma, considerando que a variável resposta, uma *dummy* referente a cada cenário, assume valor 0 ou 1, foi utilizado o modelo econométrico logit para indicar a probabilidade de o(a) respondente ter disposição a pagar para o cenário proposto.

Além disso, foi possível identificar dentre as variáveis explicativas associadas a cada um do(a)s respondentes, aquelas que têm maior influência (positiva ou negativa) na probabilidade de o cenário ser aceito, considerando valor, periodicidade e destinação. A função *logit* foi aplicada para cada cenário, de acordo com a Seção 2.7, conforme a equação:

$$CEN_i = \beta_0 + \beta_1 SEXO + \beta_2 FETARIA + \beta_3 RAÇA + \beta_4 FRENDA + \beta_5 FORMA + \beta_6 AUXIL;$$

onde, CEN corresponde ao cenário, *i* assume os valores de 1 a 5 para considerar os cinco cenários propostos CEN1 ao CEN5. As variáveis: SEXO, representa o sexo do(a) respondente; FETARIA, a faixa etária; RAÇA refere-se à identificação étnico-racial declarada; FRENDA, a faixa de renda individual; FORMA, o nível de formação acadêmica;; e AUXIL, se o entrevistado obteve ou não algum tipo de auxílio durante sua formação.

Em relação ao bloco III, perguntas abertas, foi utilizada a estatística descritiva. Para a questão que visava quantificar a disposição a doar diferente dos valores propostos nos cenários, optou-se por demonstrar os resultados através da Tabela de Distribuição de Frequência. Dessa forma, foi possível identificar quais as classes que tiveram o maior número de observações. Já em relação à motivação da não doação, foi contabilizada a quantidade de vezes que cada opção foi escolhida e a partir daí a contagem foi apresentada em forma de percentual, permitindo saber qual(is) o(s) motivo(s) mais apontado(s) pelos respondentes.

3.2.9 Definir os parâmetros para concepção do Fundo Patrimonial da UFRPE

Ao final do tratamento estatístico das respostas do Questionário Final, foi possível definir os parâmetros para concepção mais assertiva do Fundo Patrimonial da UFRPE: cenário mais provável de ser aceito para DAP, visando maior captação de doações; e perfil socioeconômico dos doadores.

3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse capítulo foram apresentadas a caracterização da pesquisa quanto à finalidade (aplicada), natureza (quantitativa), objetivo (descritiva) e método (levantamento), bem como as etapas de pesquisa realizadas. No próximo capítulo de Resultados e Discussões, serão discutidos os resultados das etapas: “Responder o Questionário Final”, com a caracterização socioeconômica dos respondentes; “Tratar estatisticamente as respostas obtidas”, por meio da aplicação do método MVC do tipo Referendo, com a análise estatística de aceitação para cada um dos cinco cenários apresentados no Questionário Final; e “Definir os parâmetros para concepção do Fundo Patrimonial da UFRPE”, com a prescrição do cenário mais bem aceito (Disposição a Pagar - DAP, periodicidade e destinação) e caracterização socioeconômica dos possíveis doadores mais frequentes, visando a concepção mais assertiva do Fundo Patrimonial da UFRPE.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo apresenta e discute os resultados da aplicação do Método de Valoração Contingente (MVC) para análise quantitativa da aceitação pelos respondentes do Questionário Final de cada cenário proposto de doação para um hipotético Fundo Patrimonial da UFRPE. Em seguida, é apresentada uma análise estatística descritiva realizada sobre a Disposição a Pagar (DAP) informada opcionalmente pelos respondentes, diferente do proposto nos cenários pré-definidos, bem como sobre os motivos apontados pelos respondentes do Questionário Final referentes a não intenção de doação para um Fundo Patrimonial. Finalmente, a partir dos achados da análise estatística realizada, são explicitamente descritos os parâmetros para subsidiar a concepção do Fundo Patrimonial da UFRPE a partir do cenário mais bem aceito, ou seja, destinação do fundo, periodicidade, faixa da DAP, e perfil socioeconômico dos doadores mais prováveis.

4.1 APLICAÇÃO DO MÉTODO DE VALORAÇÃO CONTINGENTE

Para estimar a disponibilidade a pagar foi utilizada a metodologia do Método de Valoração Contingente (MVC). Para isto, foram propostos cinco cenários hipotéticos com valores definidos de contribuição.

Para calcular a disponibilidade a pagar dos cenários de contribuição foi ajustada uma regressão logística, com a função de ligação logit, onde é possível obter a probabilidade de o entrevistado aceitar ou não o cenário proposto (variável dummy, 0: não, 1: sim). As análises foram realizadas usando o software R (versão 4.3.1)¹, e o nível de significância adotado foi de 5% (0,05), ou seja, $p\text{-valor} < 0,05$ mostra uma significância estatística.

Cada variável terá um nível de referência, sinalizado com um “—” nas tabelas de resultados. Assim, as comparações são feitas sempre em relação ao nível de referência. Nas tabelas dos resultados, o primeiro nível de todas as variáveis foi deixado como referência. Nas tabelas para cada cenário, teremos as variáveis e seus níveis nas linhas, e três colunas, a saber: OR, 95% CI e p-value.

OR vem da sigla em inglês *Odds Ratio*, que significa Razão de Chances. A chance é calculada como sendo a razão entre a probabilidade de um evento ocorrer e a probabilidade de ele não ocorrer. E a razão de chances é calculada entre um nível da variável e o nível de referência. Sendo assim, OR maiores que 1, apresentam uma chance aumentada para a classe a ser testada em comparação com a classe de referência. Valores menores que 1 indicam uma

redução de chance da classe em comparação com a classe de referência, e valores iguais a 1 indicam que não há associação entre o evento e os níveis da variável em questão.

95% CI representa o intervalo de confiança de 95% para a razão de chances. Isto é, representa a probabilidade de que o intervalo contenha o verdadeiro valor de OR. De maneira mais informal, podemos interpretar os valores da seguinte maneira: se o experimento fosse repetido 100 vezes, poderíamos esperar que em 95 destas vezes, o OR se encontre entre o intervalo mostrado.

P-value ou p-valor, é uma medida estatística de probabilidade que ajuda a avaliar se os resultados de um estudo são estatisticamente significativos. P-valores baixos, geralmente menores que 5% indicam que os resultados observados são estatisticamente significativos. Ou seja, apresentam importância estatística para modelar o evento em questão.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS RESPONDENTES

A Tabela 1 apresenta o perfil socioeconômico dos 252 respondentes, considerando apenas as variáveis usadas na análise estatística. Em relação ao gênero, observa-se um equilíbrio entre os(as) respondentes do sexo masculino e feminino. Já quanto à faixa etária, a maioria, cerca de 80%, está entre as idades de 20 e 49 anos. Quanto à raça há uma relativa proporcionalidade entre os(as) que se autodeclararam brancos e os(as) que se autodeclararam pretos ou pardos. Também pode ser percebido um equilíbrio entre os(as) respondentes que informaram ter recebido algum tipo de auxílio ou assistência estudantil e os(as) que não receberam.

Para permitir o tratamento estatístico dos dados com menor granularidade foram agrupadas as variáveis socioeconômicas: faixa etária, formação e rendimento mensal. Em relação à faixa etária, a primeira faixa “Menos de 20 anos” foi desconsiderada, pois o objetivo é analisar a disposição a doar de egressos (pelo menos graduados) e, desta forma, quatro respondentes foram descartados, restando 252; as demais faixas etárias foram agrupadas pelo intervalo de 10 anos até 59 anos; e a última faixa foi considerada como “60 anos ou mais”. Com relação à formação, foram agrupados em “graduação” e “pós-graduação”, estes últimos com pelo menos uma pós-graduação concluída. Em relação ao rendimento mensal individual, as três últimas faixas foram consideradas como “Acima de R\$10.000,00”.

Tabela 1- Perfil socioeconômico dos respondentes em Geral

Respondentes	Qtde.(%)
Gênero	
Feminino	122 (48,41%)
Masculino	130 (51,59%)
Faixa Etária	
Entre 20 e 29 anos	64 (25,40%)
Entre 30 e 39 anos	85 (33,73%)
Entre 40 e 49 anos	55 (21,83%)
Entre 50 e 59 anos	23 (9,13%)
60 Anos ou mais	25 (9,92%)
Cor/Raça	
Amarela	3 (1,19%)
Branca	125 (49,60%)
Parda	93 (36,90%)
Preta	31 (12,30%)
Formações	
Graduação	129 (51,19%)
Pós-graduação	123 (48,81%)
Auxílio	
Sim	116 (46,03%)
Não	136 (53,97%)
Rendimento Mensal	
Sem rendimento	16 (6,35%)
Até R\$ 1.000,00	13 (5,16%)
R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00	31 (12,30%)
R\$ 2.000,01 a R\$ 5.000,00	71 (28,17%)
R\$ 5.000,01 a R\$ 10.000,00	70 (27,78%)
Acima de R\$ 10.000,00	51 (20,24%)

Fonte: Autora (2024).

4.3 ANÁLISE QUANTITATIVA DO CENÁRIO 1

A Tabela 2 apresenta o perfil socioeconômico do(as) respondentes quanto à aceitação ou rejeição do Cenário 1: “Você estaria disposto a doar o valor de até R\$20,00, mensalmente, sabendo que a sua contribuição iria apoiar alunos da UFRPE em situação de vulnerabilidade socioeconômica e subsidiar bolsas de estudo (pesquisa, inovação, extensão)?”. Na primeira linha da Tabela 2, pode ser observado que o Cenário 1 foi mais aceito (57,14%) do que rejeitado (42,86%).

Tabela 2 - Perfil socioeconômico dos respondentes quanto à aceitação do Cenário 1

Cenário 1	Sim, N = 144¹(57,14%)	Não, N = 108¹(42,86%)
Gênero		
Feminino	74 (51%)	48 (44%)
Masculino	70 (49%)	60 (56%)
Faixa Etária		
Entre 20 e 29 anos	41 (28%)	23 (21%)
Entre 30 e 39 anos	49 (34%)	36 (33%)
Entre 40 e 49 anos	31 (22%)	24 (22%)
Entre 50 e 59 anos	11 (7,6%)	12 (11%)
60 Anos ou mais	12 (8,3%)	13 (12%)
Cor/Raça		
Amarela	1 (0,7%)	2 (1,9%)
Branca	71 (49%)	54 (50%)
Parda	54 (38%)	39 (36%)
Preta	18 (13%)	13 (12%)
Formações		
Graduação	71 (49%)	58 (54%)
Pós-graduação	73 (51%)	50 (46%)
Auxílio		
Sim	74 (51%)	42 (39%)
Não	70 (49%)	66 (61%)
Rendimento Mensal		
Sem rendimento	6 (4,2%)	10 (9,3%)
Até R\$ 1.000,00	7 (4,9%)	6 (5,6%)
R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00	19 (13%)	12 (11%)
R\$ 2.000,01 a R\$ 5.000,00	39 (27%)	32 (30%)
R\$ 5.000,01 a R\$ 10.000,00	39 (27%)	31 (29%)
Acima de R\$ 10.000,00	34 (24%)	17 (16%)

¹ n (%)

Fonte: Autora (2024).

A Tabela 3 apresenta uma síntese da análise estatística realizada a partir da aplicação do método MVC sobre a aceitação do Cenário 1. As variáveis que se mostraram estatisticamente significativas para o Cenário 1 foram: faixa etária e rendimento mensal. Pessoas mais velhas apresentam uma maior chance de doação do que os mais jovens. Pessoas na faixa etária entre 50 e 59 anos apresentam 3,84 (IC 95%: 1,17 – 13,2) vezes mais chances de doar quando comparadas com o grupo entre 20 e 29 anos. Para os que têm 60 anos ou mais, essa chance aumenta para 4,51 (IC 95%: 1,39 – 15,5).

Para a renda mensal, as pessoas que têm maiores salários tendem a contribuir menos para o fundo patrimonial. As pessoas que ganham acima de R\$10.000,00 apresentam uma

redução substancial na chance de doar, como pode ser visto pelo seu pequeno valor de OR, 0,08 (IC 95%: 0,02 – 0,34) quando comparadas com a classe sem rendimento. Em outras palavras, podemos dizer que as pessoas sem renda, tem uma chance 12,5 vezes maior (1/0,08) de doar do que as pessoas que ganham acima de R\$10.000,000.

Tabela 3 - Resultados da aplicação do MVC sobre aceitação do Cenário 1

Cenário 1	OR¹	95% CI¹	p-value
Gênero			
Feminino	—	—	
Masculino	1,76	1,00; 3,13	0,051
Faixa Etária			
Entre 20 e 29 anos	—	—	
Entre 30 e 39 anos	1,4	0,66; 3,02	0,4
Entre 40 e 49 anos	2,31	0,94; 5,81	0,07
Entre 50 e 59 anos	3,84	1,17; 13,2	0,029*
60 Anos ou mais	4,51	1,39; 15,5	0,014*
Cor/Raça			
Amarela	—	—	
Branca	0,32	0,01; 3,93	0,4
Parda	0,28	0,01; 3,39	0,3
Preta	0,3	0,01; 3,82	0,4
Formações			
Graduação	—	—	
Pós-graduação	0,79	0,45; 1,39	0,4
Auxílio			
Sim	—	—	
Não	1,32	0,74; 2,34	0,3
Rendimento Mensal			
Sem rendimento	—	—	
Até R\$ 1.000,00	0,4	0,08; 1,86	0,2
R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00	0,24	0,06; 0,89	0,037*

R\$ 2.000,01 a R\$ 5.000,00	0,31	0,09; 1,01	0,057
R\$ 5.000,01 a R\$ 10.000,00	0,22	0,06; 0,76	0,020*
Acima de R\$ 10.000,00	0,08	0,02; 0,34	<0,001*

Notas: * Significativo ao nível de 0,05 (de 0,01 a 0,05). ¹ OR = Odds Ratio, CI = Confidence Interval.

Fonte: Autora (2024).

4.4 ANÁLISE QUANTITATIVA DO CENÁRIO 2

A Tabela 4 apresenta o perfil socioeconômico do(as) respondentes quanto à aceitação ou rejeição do Cenário 2: “Você estaria disposto a doar o valor de até R\$100,00, ocasionalmente, sabendo que a sua contribuição iria apoiar alunos da UFRPE em situação de vulnerabilidade socioeconômica e subsidiar bolsas de estudo (pesquisa, inovação, extensão)?”. Na primeira linha da Tabela 4, pode ser observado que o Cenário 2 foi mais rejeitado (52,78%) do que aceito (47,11%).

Tabela 4 - Perfil socioeconômico dos respondentes quanto à aceitação do Cenário 2

Cenário 2	Sim, N = 119 ¹ (47,22%)	Não, N = 133 ¹ (52,78%)
Gênero		
Feminino	58 (49%)	64 (48%)
Masculino	61 (51%)	69 (52%)
Faixa Etária		
Entre 20 e 29 anos	28 (24%)	36 (27%)
Entre 30 e 39 anos	38 (32%)	47 (35%)
Entre 40 e 49 anos	32 (27%)	23 (17%)
Entre 50 e 59 anos	11 (9,2%)	12 (9,0%)
60 Anos ou mais	10 (8,4%)	15 (11%)
Cor/Raça		
Amarela	1 (0,8%)	2 (1,5%)
Branca	58 (49%)	67 (50%)
Parda	50 (42%)	43 (32%)
Preta	10 (8,4%)	21 (16%)
Formações		
Graduação	52 (44%)	77 (58%)
Pós-graduação	67 (56%)	56 (42%)
Auxílio		
Sim	60 (50%)	56 (42%)
Não	59 (50%)	77 (58%)

Rendimento Mensal		
Sem rendimento	6 (5,0%)	10 (7,5%)
Até R\$ 1.000,00	4 (3,4%)	9 (6,8%)
R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00	9 (7,6%)	22 (17%)
R\$ 2.000,01 a R\$ 5.000,00	30 (25%)	41 (31%)
R\$ 5.000,01 a R\$ 10.000,00	36 (30%)	34 (26%)
Acima de R\$ 10.000,00	34 (29%)	17 (13%)

¹ n (%)

Fonte: Autora (2024).

A Tabela 5 apresenta uma síntese da análise estatística realizada a partir da aplicação do método MVC sobre a aceitação do Cenário 2. Para o cenário 2, também temos a faixa etária e a renda mensal como variáveis estatisticamente significativas para fornecer a probabilidade de doar. Porém, apenas os níveis mais elevados destas variáveis se mostraram diferentes em relação à categoria de referência. Isto é, somente as pessoas com 60 anos ou mais mostram uma chance 4,03 (IC 95%: 1,21; 14,4) vezes maior de doar do que as pessoas mais jovens. As pessoas que ganham acima de R\$10.000,00 se mostraram menos propensas a doar, apresentando uma razão de chances (OR) de apenas 0,14 (IC 95%: 0,03; 0,57). Em outras palavras, pessoas sem renda, apresentam 7,14 (1/0,14) vezes mais chances de doar do que àquelas com renda acima de R\$10.000,00.

Tabela 5 - Resultados da aplicação do MVC sobre aceitação do Cenário 2

Cenário 2	OR ¹	95% CI ¹	p-value
Gênero			
Feminino	—	—	
Masculino	1,37	0,77; 2,46	0,3
Faixa Etária			
Entre 20 e 29 anos	—	—	
Entre 30 e 39 anos	1,04	0,49; 2,21	>0,9
Entre 40 e 49 anos	1	0,40; 2,47	>0,9
Entre 50 e 59 anos	2,24	0,67; 7.86	0,2
60 Anos ou mais	4,03	1,21; 14,4	0,026*
Cor/Raça			
Amarela	—	—	
Branca	0,95	0.04, 11.5	>0,9

Parda	0,64	0.03, 7.74	0,7
Preta	1,83	0.07, 24.0	0,7
Formações			
Graduação	—	—	
Pós-graduação	0,62	0,35, 1,09	0,1
Auxílio			
Sim	—	—	
Não	1,44	0,81, 2,60	0,2
Rendimento Mensal			
Sem rendimento	—	—	
Até R\$ 1.000,00	1,26	0,25, 6,72	0,8
R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00	1.22	0.31, 4.71	0.8
R\$ 2.000,01 a R\$ 5.000,00	0,67	0,19, 2,20	0,5
R\$ 5.000,01 a R\$ 10.000,00	0,39	0,10, 1,35	0,14
Acima de R\$ 10.000,00	0,14	0,03, 0,57	0,007*

Notas: * Significativo ao nível de 0,05 (de 0,01 a 0,05). ¹ OR = Odds Ratio, CI = Confidence Interval.

Fonte: Autora (2024).

4.5 ANÁLISE QUANTITATIVA DO CENÁRIO 3

A Tabela 6 apresenta o perfil socioeconômico do(as) respondentes quanto à aceitação ou rejeição do Cenário 3: “Você estaria disposto a doar o valor de até R\$100,00, semestralmente, sabendo que a sua contribuição iria apoiar alunos da UFRPE em situação de vulnerabilidade socioeconômica e subsidiar bolsas de estudo (pesquisa, inovação, extensão)?”. Na primeira linha da Tabela 6, pode ser observado que o Cenário 3 foi mais rejeitado (55,56%) do que aceito (44,44%).

Tabela 6 - Perfil socioeconômico dos respondentes quanto à aceitação do Cenário 3

Cenário 3	Sim, N = 112 ¹ (44,44%)	Não, N = 140 ¹ (55,56%)
Gênero		
Feminino	56 (50%)	66 (47%)
Masculino	56 (50%)	74 (53%)

Faixa Etária		
Entre 20 e 29 anos	33 (29%)	31 (22%)
Entre 30 e 39 anos	37 (33%)	48 (34%)
Entre 40 e 49 anos	23 (21%)	32 (23%)
Entre 50 e 59 anos	11 (9,8%)	12 (8,6%)
60 Anos ou mais	8 (7,1%)	17 (12%)
Cor/Raça		
Amarela	0 (0%)	3 (2,1%)
Branca	56 (50%)	69 (49%)
Parda	48 (43%)	45 (32%)
Preta	8 (7,1%)	23 (16%)
Formações		
Graduação	55 (49%)	74 (53%)
Pós-graduação	57 (51%)	66 (47%)
Auxílio		
Sim	64 (57%)	52 (37%)
Não	48 (43%)	88 (63%)
Rendimento Mensal		
Sem rendimento	6 (5,4%)	10 (7,1%)
Até R\$ 1.000,00	7 (6,3%)	6 (4,3%)
R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00	12 (11%)	19 (14%)
R\$ 2.000,01 a R\$ 5.000,00	26 (23%)	45 (32%)
R\$ 5.000,01 a R\$ 10.000,00	31 (28%)	39 (28%)
Acima de R\$ 10.000,00	30 (27%)	21 (15%)

¹ n (%)

Fonte: Autora (2024).

A Tabela 7 apresenta uma síntese da análise estatística realizada a partir da aplicação do método MVC sobre a aceitação do Cenário 3. Para o Cenário 3, diferentemente dos dois cenários anteriores, a variável Auxílio, apareceu como sendo estatisticamente significativa ($p = 0,033$). Pessoas que não receberam auxílio na universidade, tem uma chance 1,87 (IC 95%: 1,05; 3,34) vezes maior de doar do que aqueles que receberam.

Novamente, faixa etária e rendimento mensal, também se mantiveram estatisticamente significativas para a doação neste cenário. Pessoas acima dos 60 anos possuem 5,70 (IC 95%: 1,70; 20,9) vezes mais chance de doar, do que as pessoas mais jovens. Já as pessoas com maior rendimento mensal (acima de R\$10.000,00) são menos propensas a doar (OR = 0,13, IC 95%: 0,03; 0,53). Em outras palavras, pessoas sem renda possuem 7,69 (1/0,13) vezes mais chance de doar do que àquelas com renda de R\$10.000,00.

Tabela 7 - Resultados da aplicação do MVC sobre aceitação do Cenário 3

Cenário 3	OR ¹	95% CI ¹	p-value
Gênero			
Feminino	—	—	
Masculino	1,58	0,89, 2,84	0,13
Faixa Etária			
Entre 20 e 29 anos	—	—	
Entre 30 e 39 anos	1,32	0,63, 2,79	0,5
Entre 40 e 49 anos	2,25	0,92, 5,68	0,08
Entre 50 e 59 anos	1,9	0,56, 6,64	0,3
60 Anos ou mais	5,7	1,70, 20,9	0,006*
Cor/Raça			
Amarela	—	—	
Branca	0		>0,9
Parda	0		>0,9
Preta	0		>0,9
Formações			
Graduação	—	—	
Pós-graduação	0,8	0,45, 1,42	0,5
Auxílio			
Sim	—	—	
Não	1,87	1,05, 3,34	0,033*
Rendimento Mensal			
Sem rendimento	—	—	
Até R\$ 1.000,00	0,43	0,09, 2,01	0,3
R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00	0,6	0,15, 2,28	0,5
R\$ 2.000,01 a R\$ 5.000,00	0,6	0,17, 2,00	0,4
R\$ 5.000,01 a R\$ 10.000,00	0,31	0,08, 1,10	0,077
Acima de R\$ 10.000,00	0,13	0,03, 0,53	0,005*

Notas: * Significativo ao nível de 0,05 (de 0,01 a 0,05). ¹ OR = Odds Ratio, CI = Confidence Interval.

Fonte: Autora (2024).

4.6 ANÁLISE QUANTITATIVA DO CENÁRIO 4

A Tabela 8 apresenta o perfil socioeconômico do(as) respondentes quanto à aceitação ou rejeição do Cenário 4: “Você estaria disposto a doar o valor de até R\$500,00, anualmente, sabendo que a sua contribuição iria apoiar projetos da UFRPE relacionados à Extensão (projetos, ações artísticas e comunitárias, etc.), Ensino (sala de aula, laboratórios, aula prática, etc.) ou Pesquisa (infraestrutura física e laboratorial)?”. Na primeira linha da Tabela 8, pode ser observado que o Cenário 4 foi mais rejeitado (85,71%) do que aceito (14,29%).

Tabela 8 - Perfil socioeconômico dos respondentes quanto à aceitação do Cenário 4

Cenário 4	Sim, N = 36¹(14,29%)	Não, N = 216¹(85,71%)
Gênero		
Feminino	19 (53%)	103 (48%)
Masculino	17 (47%)	113 (52%)
Faixa Etária		
Entre 20 e 29 anos	8 (22%)	56 (26%)
Entre 30 e 39 anos	11 (31%)	74 (34%)
Entre 40 e 49 anos	11 (31%)	44 (20%)
Entre 50 e 59 anos	4 (11%)	19 (8,8%)
60 Anos ou mais	2 (5,6%)	23 (11%)
Cor/Raça		
Amarela	0 (0%)	3 (1,4%)
Branca	20 (56%)	105 (49%)
Parda	14 (39%)	79 (37%)
Preta	2 (5,6%)	29 (13%)
Formações		
Graduação	14 (39%)	115 (53%)
Pós-graduação	22 (61%)	101 (47%)
Auxílio		
Sim	22 (61%)	94 (44%)
Não	14 (39%)	122 (56%)
Rendimento Mensal		
Sem rendimento	2 (5,6%)	14 (6,5%)
Até R\$ 1.000,00	1 (2,8%)	12 (5,6%)
R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00	3 (8,3%)	28 (13%)
R\$ 2.000,01 a R\$ 5.000,00	6 (17%)	65 (30%)
R\$ 5.000,01 a R\$ 10.000,00	11 (31%)	59 (27%)
Acima de R\$ 10.000,00	13 (36%)	38 (18%)

¹ n (%)

Fonte: Autora (2024).

A Tabela 9 apresenta uma síntese da análise estatística realizada a partir da aplicação do método MVC sobre a aceitação do Cenário 4. Para este cenário, nenhuma variável se mostrou estatisticamente significativa para prever as chances de doação.

Tabela 9 - Resultados da aplicação do MVC sobre aceitação do Cenário 4

Cenário 4	OR¹	95% CI¹	p-value
Gênero			
Feminino	—	—	
Masculino	1,62	0,72, 3,69	0,2
Faixa Etária			
Entre 20 e 29 anos	—	—	
Entre 30 e 39 anos	1,04	0,34, 3,06	>0,9
Entre 40 e 49 anos	0,94	0,27, 3,14	>0,9
Entre 50 e 59 anos	1,36	0,28, 7,33	0,7
60 Anos ou mais	4,15	0,70, 35,7	0,14
Cor/Raça			
Amarela	—	—	
Branca	0		>0,9
Parda	0		>0,9
Preta	0		>0,9
Formações			
Graduação	—	—	
Pós-graduação	0,6	0,26, 1,32	0,2
Auxílio			
Sim	—	—	
Não	1,97	0,88, 4,50	0,1
Rendimento Mensal			
Sem rendimento	—	—	
Até R\$ 1.000,00	1,51	0,12, 36,2	0,8
R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00	1,12	0,13, 8,05	>0,9
R\$ 2.000,01 a R\$ 5.000,00	1,33	0,17, 7,41	0,8
R\$ 5.000,01 a R\$ 10.000,00	0,55	0,07, 2,89	0,5

Acima de R\$ 10.000,00	0,24	0,03, 1,47	0,15
------------------------	------	---------------	------

Notas: * Significativo ao nível de 0,05 (de 0,01 a 0,05). ¹ OR = Odds Ratio, CI = Confidence Interval.

Fonte: Autora (2024).

4.7 ANÁLISE QUANTITATIVA DO CENÁRIO 5

A Tabela 10 apresenta o perfil socioeconômico do(as) respondentes quanto à aceitação ou rejeição do Cenário 5: “Você estaria disposto a doar um valor acima de R\$1.000,00, ocasionalmente, sabendo que a sua contribuição iria apoiar projetos da UFRPE relacionados à Extensão (projetos, ações artísticas e comunitárias, etc.), Ensino (sala de aula, laboratórios, aula prática, etc.) ou Pesquisa (infraestrutura física e laboratorial)?”. Na primeira linha da Tabela 10, pode ser observado que o Cenário 5 foi mais rejeitado (95,24%) do que aceito (4,76%).

Tabela 10 - Perfil socioeconômico dos respondentes quanto à aceitação do Cenário 5

Cenário 5	Sim, N = 12¹(4,76%)	Não, N = 240¹(95,24%)
Gênero		
Feminino	7 (58%)	115 (48%)
Masculino	5 (42%)	125 (52%)
Faixa Etária		
Entre 20 e 29 anos	1 (8,3%)	63 (26%)
Entre 30 e 39 anos	2 (17%)	83 (35%)
Entre 40 e 49 anos	4 (33%)	51 (21%)
Entre 50 e 59 anos	3 (25%)	20 (8,3%)
60 Anos ou mais	2 (17%)	23 (9,6%)
Cor/Raça		
Amarela	0 (0%)	3 (1,3%)
Branca	6 (50%)	119 (50%)
Parda	4 (33%)	89 (37%)
Preta	2 (17%)	29 (12%)
Formações		
Graduação	4 (33%)	125 (52%)
Pós-graduação	8 (67%)	115 (48%)
Auxílio		
Sim	5 (42%)	111 (46%)
Não	7 (58%)	129 (54%)
Rendimento Mensal		
Sem rendimento	0 (0%)	16 (6,7%)
Até R\$ 1.000,00	0 (0%)	13 (5,4%)
R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00	1 (8,3%)	30 (13%)

R\$ 2.000,01 a R\$ 5.000,00	2 (17%)	69 (29%)
R\$ 5.000,01 a R\$ 10.000,00	2 (17%)	68 (28%)
Acima de R\$ 10.000,00	7 (58%)	44 (18%)

¹ n (%)

Fonte: Autora (2024).

A Tabela 11 apresenta uma síntese da análise estatística realizada a partir da aplicação do método MVC sobre a aceitação do Cenário 5. Para o Cenário 5 também não houve variável estatisticamente significativa.

Tabela 11 - Resultados da aplicação do MVC sobre aceitação do Cenário 5

Cenário 5	OR ¹	95% CI ¹	p-value
Gênero			
Feminino	—	—	
Masculino	2,92	0,78, 12,6	0,12
Faixa Etária			
Entre 20 e 29 anos	—	—	
Entre 30 e 39 anos	0,78	0,03, 8,95	0,8
Entre 40 e 49 anos	0,42	0,02, 3,81	0,5
Entre 50 e 59 anos	0,25	0,01, 3,18	0,3
60 Anos ou mais	0,56	0,02, 9,91	0,7
Cor/Raça			
Amarela	—	—	
Branca	0		>0,9
Parda	0		>0,9
Preta	0		>0,9
Formações			
Graduação	—	—	
Pós-graduação	0,7	0,17, 2,54	0,6
Auxílio			
Sim	—	—	
Não	1,06	0,25, 4,26	>0,9
Rendimento Mensal			
Sem rendimento	—	—	
Até R\$ 1.000,00	0,72	-	>0,9
R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00	0		>0,9
R\$ 2.000,01 a R\$ 5.000,00	0		>0,9
R\$ 5.000,01 a R\$ 10.000,00	0		>0,9

Acima de R\$ 10.000,00	0	>0,9
------------------------	---	------

Notas: * Significativo ao nível de 0,05 (de 0,01 a 0,05). ¹ OR = Odds Ratio, CI = Confidence Interval.

Fonte: Autora (2024).

4.8 ANÁLISE DESCRITIVA

No Questionário Final, além das questões fechadas com alternativa de resposta binária para cada cenário pré-definido, havia a seguinte questão aberta: “Supondo a criação de um fundo patrimonial pela UFRPE, informe abaixo, caso entenda necessário, um valor que estaria disposto a doar diferente dos cinco cenários propostos e a periodicidade dessa contribuição?”. Essa questão era opcional e ao todo 144 participantes (57,14% do total) responderam.

Para analisar e demonstrar as respostas obtidas foi utilizada a representação estatística Distribuição de Frequência (PINTO; SILVA, 2020), a qual serve para organizar dados em categorias ou intervalos, mostrando a frequência (número de ocorrências) de cada categoria, permitindo uma melhor compreensão visual da distribuição dos valores. Para representar os valores, considera-se: a quantidade de classes, entre 5 e 15 (neste trabalho foi escolhida a menor quantidade de classes recomendada); a amplitude total, diferença entre o maior e o menor valor informado; a amplitude de classe, divisão da amplitude total pela quantidade de classes; e o intervalo de classe, iniciando a primeira classe pelo menor valor informado somando-se o valor da amplitude de classe para encontrar o limite superior, e as demais classes iniciam com o limite superior da classe anterior somando-se o valor da amplitude de classe para encontrar o limite superior.

A Tabela 12 apresenta a distribuição de frequência por periodicidade das respostas obtidas para a questão aberta de DAP sugeridas pelos respondentes. Pode-se então observar que para todas periodicidades, a maior Frequência Absoluta de DAP concentra-se na Classe 1, a qual agrupa os menores valores: mensal (Fr 93,59%), semestral (Fr 55,56%), anual (Fr 70,59%) e ocasional (Fr 93,55%).

Tabela 12 - Distribuição de frequência de DAP sugeridas pelos respondentes

Mensal					
Classe	Intervalo de Classe		Frequência Absoluta (Fi)	Frequência Relativa (Fr)	Frequência Cumulativa
1	R\$ 5,00	-- R\$ 54,00	73	93,59%	73
2	R\$ 54,00	-- R\$ 103,00	4	5,13%	77
3	R\$ 103,00	-- R\$ 152,00	0	0,00%	77
4	R\$ 152,00	-- R\$ 201,00	0	0,00%	77

5	R\$ 201,00 -- R\$ 250,00	1	1,28%	78
		78	100,00%	
Semestral				
Classe	Intervalo de Classe	Frequência Absoluta (Fi)	Frequência Relativa (Fr)	Frequência Cumulativa
1	R\$ 15,00 -- R\$ 72,00	10	55,56%	10
2	R\$ 72,00 -- R\$ 129,00	2	11,11%	12
3	R\$ 129,00 -- R\$ 186,00	1	5,56%	13
4	R\$ 186,00 -- R\$ 243,00	3	16,67%	16
5	R\$ 243,00 -- R\$ 300,00	2	11,11%	18
		18	100,00%	
Anual				
Classe	Intervalo de Classe	Frequência Absoluta (Fi)	Frequência Relativa (Fr)	Frequência Cumulativa
1	R\$ 10,00 -- R\$ 208,00	12	70,59%	12
2	R\$ 208,00 -- R\$ 406,00	1	5,88%	13
3	R\$ 406,00 -- R\$ 604,00	1	5,88%	14
4	R\$ 604,00 -- R\$ 802,00	1	5,88%	15
5	R\$ 802,00 -- R\$ 1000,00	2	11,76%	17
		17	100,00%	
Ocasional				
Classe	Intervalo de Classe	Frequência Absoluta (Fi)	Frequência Relativa (Fr)	Frequência Cumulativa
1	R\$ 5,00 -- R\$ 204,00	29	93,55%	29
2	R\$ 204,00 -- R\$ 403,00	1	3,23%	30
3	R\$ 403,00 -- R\$ 602,00	0	0,00%	30
4	R\$ 602,00 -- R\$ 801,00	0	0,00%	30
5	R\$ 801,00 -- R\$ 1000,00	1	3,23%	31
		31	100,00%	

Fonte: Autora (2024).

A última pergunta do Questionário Final consistia em: “No caso de ‘Não doar’ em qualquer circunstância. Por que razão você não estaria disposto a doar para um Fundo Patrimonial da UFRPE?”. Essa questão permitia a escolha de mais de uma das alternativas apresentadas. As respostas obtidas que apontam para os motivos de não doação para o Fundo Patrimonial da UFRPE foram: 45 “Não tem condições financeiras” (31,3%); 5 “Não tem interesse em contribuir para esse Fundo Patrimonial” (3,5%); 17 “Não confia na administração/destinação desse Fundo Patrimonial” (11,8%); e 60 “Isso é papel do governo” (41,7%); 17 outros (11,8%). Sendo assim, dentre as opções indicadas pelos respondentes, destacam-se como as principais razões de não contribuir com um fundo patrimonial da UFRPE:

acreditar de que esta responsabilidade cabe ao governo, seguida pela indisponibilidade de recursos financeiros para efetuar doações.

4.9 PARÂMETROS PARA CONCEPÇÃO DE FUNDO PATRIMONIAL DA UFRPE

A Tabela 13 apresenta o modelo de negócios para o fundo patrimonial da UFRPE, especificado por meio da ferramenta Business Model Canvas (OSTERWALDER; PIGNHEUR, 2011). Para instituir um fundo patrimonial, faz-se necessário um conjunto de passos, conforme descrito por Demétrio (2021). Entretanto, o modelo de negócio especificado parte da premissa que o fundo patrimonial já está instituído, focando então na gestão e sustentabilidade.

Tabela 13 - Modelo de Negócios para Fundo Patrimonial da UFRPE

Parceiros-Chave Fundação de Apoio Coordenação de Acompanhamento e Monitoramento de Egressos - CAME Conselho de Administração do fundo patrimonial	Atividades-Chave Marketing digital Mobilização e engajamento de doadores Gestão de investimento do fundo patrimonial	Propostas de Valor Assistência estudantil Reputação e satisfação pessoal	Relacionamento com os Clientes Rendimento do fundo patrimonial Campanhas de arrecadação Contato individual	Segmentos de Clientes Estudantes da UFRPE Egressos da UFRPE
	Recursos-Chave Banco de dados de egressos da UFRPE Estrutura administrativa e de comunicação		Canais Fundo patrimonial Mídias digitais Telefone	
Despesas Taxas bancárias Despesas operacionais e administrativas da fundação de apoio			Fontes de Receita Doações Recompensa de parcerias institucionais	

Fonte: Autora (2024).

O Modelo de Negócios do fundo patrimonial da UFRPE é centrado na entrega de valor aos clientes. Os estudantes da UFRPE em situação de vulnerabilidade socioeconômica recebem como valor a assistência estudantil, por meio dos rendimentos do fundo patrimonial. Já os

egressos da UFRPE recebem como valor a reputação e satisfação pessoal em realizar doações para o fundo patrimonial voltado para complementar o financiamento da assistência aos estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica.

A partir da análise estatística dos dados (Seções 4.3 a 4.8), foi possível concluir que o Fundo Patrimonial da UFRPE deve ser direcionado para complementar financiamento de bolsas e outras ações de assistência para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica; as doações esperadas são de valores de pequeno vulto, até R\$100,00, considerando diferentes periodicidades (mensal, semestral e ocasional); e os doadores mais prováveis são egressos com faixa etária mais elevada, acima dos 50 anos, e com baixo rendimento mensal.

Os canais de comunicação por meio dos quais é possível manter o relacionamento com os segmentos de cliente para entrega de valor são: o próprio fundo patrimonial, cujos rendimentos podem ser usados para pagamento de bolsas aos estudantes e outras ações relacionadas à assistência estudantil; mídias de digitais para implementação de campanhas de arrecadação ao fundo; e telefone para contato individualizado com os egressos da UFRPE.

As fontes de receita consistem em: doações, realizadas pelos egressos; e de recursos oriundos de recompensa à UFRPE pelo uso de seus recursos materiais e imateriais nas parcerias para desenvolvimento de projetos acadêmicos e prestação de serviços financiados por organizações externas públicas ou privadas (UFRPE, 2023). O Marco de Institucional de Parcerias da UFRPE, instituído por meio da Resolução 371/2023 do Conselho Universitário, define: no Art 41 “As parcerias [...] com repasse de recursos financeiros, deverão prever a recompensa à UFRPE, caracterizando-se como **doação**, pela retribuição quanto ao uso da imagem, marca e de recursos físicos, humanos, tecnológicos e intelectuais da universidade.”; e no Art. 44 que “os valores de recompensa à UFRPE [...] poderão ser: [...] III - usados para aporte em fundo patrimonial (endowment) da UFRPE”.

As atividades chave para permitir a operação sustentável do fundo patrimonial consistem em: Marketing digital, para alcance do público-alvo de possíveis doadores por meio de publicidade direcionada nas mídias digitais; Mobilização e engajamento dos doadores, para contato periódico com egressos por meio de eventos e outras e ferramentas para fortalecer o senso de pertencimento à comunidade da UFRPE; e Gestão de investimento do fundo patrimonial, para boas tomadas de decisão de modo a garantir a sustentabilidade do fundo. Para execução destas atividades, são necessários como recursos chave: o banco de dados de egressos da UFRPE, para permitir acesso às informações de contato atualizadas dos egressos; e Estrutura administrativa e de comunicação, para possibilitar a gestão efetiva da captação de recursos e da operação do fundo patrimonial.

As principais despesas se referem às taxas bancárias de manutenção da conta do fundo patrimonial, e Despesas Operacionais e Financeiras (DOA) da fundação de apoio credenciada pela UFRPE para gestão do fundo patrimonial. Finalmente, os parceiros chave são: Fundação de apoio, responsável pela gestão do fundo patrimonial da UFRPE, conforme previsto no Marco Institucional de Parcerias, Art. 32 “A Fundação de Apoio poderá gerenciar fundo patrimonial (endowment) da UFRPE”; Coordenação de Acompanhamento e Monitoramento de Egressos (CAME), estrutura administrativa da UFRPE responsável por manter relacionamento e atualizar o banco de dados dos egressos da universidade; e Conselho de Administração do fundo patrimonial, responsável pela governança do fundo, conforme previsto na Lei 13.800/2019.

4.10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo apresentou a principal contribuição do trabalho de pesquisa, com os resultados e discussões sobre os achados provenientes da análise estatística realizada, por meio da aplicação do Método de Valoração Contingente para avaliação de cinco cenários pré-definidos e avaliados por egressos da UFRPE. Os cenários 1, 2 e 3 consideram doação de valor de pequeno vulto nas periodicidades mensal, ocasional e semestral, respectivamente. O Cenário 1 foi o único onde a aceitação foi maior que a rejeição. Porém, os cenários 2 e 3, mesmo com uma rejeição maior que a aceitação, não tiveram uma diferença significativa. Para esses cenários, as variáveis socioeconômicas que tiveram maior efeito sobre a decisão de aceitar doar, foram a faixa etária e o rendimento mensal. Especificamente para o cenário 3, a variável “auxílio”, que avalia se o egresso recebeu algum auxílio da universidade quando estudante, teve também significação estatística, mesmo que diferentemente do senso comum que espera que aqueles que receberam algum tipo de auxílio teriam a chance aumentada em relação a doar, no caso, a conclusão foi inversa. Os cenários 4 e 5, consideram doações de valor de maior vulto nas periodicidades anual e ocasional, respectivamente. Sendo que para esses últimos cenários a rejeição foi bastante significativa, de mais de 85%, e não houve nenhuma variável socioeconômica com significância estatística. Portanto, os cenários 1, 2 e 3 podem ser considerados em estratégias de captação de recursos para o fundo patrimonial da UFRPE, já os cenários 4 e 5 podem ser descartados.

O capítulo apresentou ainda uma análise descritiva em relação aos valores de DAP sugeridos pelos respondentes, onde foi possível perceber uma tendência às doações de valores de pequeno vulto, o que corrobora com a análise dos cenários 1, 2 e 3. Já o principal motivo apontado por aqueles que não pretendem contribuir com o fundo patrimonial em qualquer

hipótese foi considerar que o financiamento de IFES deve ser realizado exclusivamente pelo governo federal.

Finalmente, neste capítulo foram apresentados os parâmetros para concepção do fundo patrimonial da UFRPE, definidos com base no Modelo de Negócio centrado no valor entregue ao público-alvo: complementação do financiamento da assistência aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica; e reputação e satisfação pessoal para os egressos (doadores).

5 CONCLUSÃO

Este trabalho buscou apresentar subsídios para a concepção da estratégia de captação de recursos de fundo patrimonial de uma Instituição Federal de Educação Superior (IFES), aproveitando a oportunidade introduzida pela Lei 13.800/2019, a qual “dispõe sobre a constituição de fundos patrimoniais com o objetivo de arrecadar, gerir e destinar doações de pessoas físicas e jurídicas privadas para programas, projetos e demais finalidades de interesse público”, sendo que tais fundos patrimoniais podem “apoiar instituições relacionadas à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa, e à inovação”, como é o caso das IFES.

Os fundos patrimoniais, internacionalmente conhecidos como *endowment*, constituem uma alternativa para complementar o financiamento das atividades das IFES, considerando que o orçamento destinado pela união para a educação superior vem decaindo ao longo dos últimos anos. De acordo com a Associação Nacional de Dirigentes das IFES (ANDIFES, 2023), a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2024 destinou aproximadamente 6 bilhões de reais para as universidades federais, esse valor apresenta uma redução de aproximadamente 310 milhões de reais (5%) em relação ao ano de 2023, já considerando a complementação orçamentária da denominada PEC da transição. De acordo com a presidente da ANDIFES (ANDIFES, 2024) “Os valores, que retornam a 2018, sem contar a inflação do período, são insuficientes para as despesas básicas, para aquisição de livros, para a consolidação da expansão e para a permanência dos estudantes que mais precisam”.

A instituição de fundos patrimoniais para apoiar e beneficiar as atividades das IFES ainda é bastante incipiente. A partir do levantamento realizado e apresentado no capítulo introdutório, apenas UFBA (Bahia), UFRGS (Rio Grande do Sul), UFG (Goiás), e UFRJ (Rio de Janeiro) são beneficiadas por pelo menos um fundo patrimonial instituído. Porém, vale ressaltar que em todos esses casos, o fundo patrimonial foi criado por iniciativa de egressos e não por estas universidades em si.

Mais recentemente, em 2023, a UFC (Ceará) aprovou uma resolução (UFC, 2023a) instituindo o primeiro fundo patrimonial daquela universidade. A motivação, segundo o Reitor da UFC (UFC, 2023b) foi “[...] criar os mecanismos para que aqueles que têm condições financeiras possam colaborar com a Universidade. Vários laboratórios foram implementados através de parcerias com outras instituições, e agora podemos ampliar esse financiamento. Há vários exemplos de situações em que doações não foram possíveis pela falta de um instrumento como o Fundo”.

Para apoiar as IFES que desejam instituir fundos patrimoniais, esse trabalho teve como objetivo geral: “caracterizar perfil de doadores e da destinação de fundo patrimonial para uma IFES”. A IFES utilizada como alvo deste estudo foi a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), universidade à qual a autora deste trabalho é servidora. Para alcançar o objetivo-geral, foram necessários que alguns objetivos específicos fossem atingidos ao longo do trabalho de pesquisa:

Especificar cenários de destinação de fundos patrimoniais e da disposição das pessoas a doar: no Capítulo 3 foram apresentadas, a partir da análise das respostas de um questionário piloto, as especificações de cinco cenários, considerando diferentes combinações de destinação (apoiar estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, subsidiar bolsas de estudo, e apoiar projetos de ensino, pesquisa e extensão), valor (de pequeno vulto até R\$100,00 e de médio vulto até R1.000,00), e periodicidade (mensal, semestral, anual, e ocasional);

Avaliar os cenários junto a possíveis doadores: o Questionário Final (Apêndice B) contendo questões para identificação socioeconômica e para avaliação dos cinco cenários propostos foi respondido, após ampla mobilização, por 252 egressos da UFRPE, caracterizados na Tabela 1 presente no Capítulo 4;

Revelar preferências entre os cenários avaliados: no Capítulo 4 foi apresentada a análise estatística das respostas do Questionário Final, por meio da aplicação da Método de Valoração Contingente (MVC) com a técnica de abordagem Referendo, para avaliar o efeito das variáveis socioeconômicas sobre a aceitação de cada cenário proposto. O Cenário 1 foi o mais aceito entre os egressos, e correspondia a micro doações mensais para assistir alunos em situação de vulnerabilidade econômica.

Traçar perfil dos doadores: ainda no Capítulo 4, a partir dos resultados da análise estatística, foi identificado que o perfil dos mais prováveis doadores são egressos em faixa etária acima de 50 anos e com baixo rendimento mensal.

Este trabalho alcançou as contribuições esperadas. A contribuição científica consistiu no desenvolvimento, aplicação e análise dos resultados de uma abordagem para subsidiar a concepção da estratégia de arrecadação de fundos patrimoniais que pode ser replicada em outros contextos e para outras IFES. Esta abordagem utilizou a técnica de valoração MVC e a regressão logística Logit para caracterização de perfil socioeconômico de doadores, destinação e Disposição a Pagar (DAP) para fundos patrimoniais, a partir da análise dos dados de um questionário respondidos pelo público-alvo de possíveis doadores. Já a contribuição técnica consistiu na aplicação desta abordagem para uma IFES específica, a UFRPE, que resultou na

especificação de um Modelo de Negócios (Tabela 13) que pode ser usado por essa universidade para subsidiar a criação do seu fundo patrimonial.

5.1 LIMITAÇÕES

Entre as limitações do trabalho podemos citar:

- A abordagem proposta foi aplicada para uma IFES específica, não sendo possível traçar comparações entre os resultados obtidos considerando outros contextos; e
- O Modelo de Negócio proposto para o fundo patrimonial da UFRPE (Tabela 13) não foi avaliado em um caso real, portanto, não pode ser considerado como uma estratégia efetiva para garantir uma relativa autonomia por meio da complementação do financiamento das atividades daquela IFES

5.2 TRABALHOS FUTUROS

Entre as oportunidades de trabalhos futuros, podemos citar:

- Aplicar e avaliar a abordagem proposta em outra IFES ou para outros contextos;
- Utilizar a técnica de análise de coorte (MEDEIROS, 2019) para tratamento dos resultados obtidos com a aplicação da abordagem proposta para avaliar se há correlação, por exemplo, de grupo de egressos de acordo com o tempo de formado quanto à disposição a doar para um fundo patrimonial; e
- Ampliar o estudo sobre e avaliar os elementos do Modelo de Negócio (Tabela 13) proposto para o fundo patrimonial.

REFERÊNCIAS

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. 2022. **Bloqueio no orçamento paralisa a educação, a ciência e o Brasil**. Disponível em <<https://www.andifes.org.br/?p=92974>>. Acesso em: 12 set. 2022.

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. 2023. **Nota da ANDIFES sobre o orçamento das universidades federais de 2024**. Disponível em <<https://www.andifes.org.br/?p=99709>>. Acesso em: 30 jan. 2024.

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. 2024. **Presidente da Andifes destaca democracia, autonomia universitária e necessidade de orçamento na abertura da Conae 2024**. Disponível em <<https://www.andifes.org.br/?p=100826>>. Acesso em: 31 jan. 2024.

BRASIL. **Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 17 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº. 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 10 set. 2022.

BRASIL. **Exposição de Motivos nº 000041/2018, de 10 de setembro de 2018**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Exm/Exm-MP-851-18.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº. 13.800 de 04 de janeiro de 2019**. Autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais; altera as Leis nº s 9.249 e 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e 12.114 de 9 de dezembro de 2009; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13800.htm>. Acesso em: 10 set. 2022.

CAETANO, Eduardo Ferreira da Silva; CAMPOS, Ivete Maria Barbosa Madeira. A autonomia das universidades federais na execução das receitas próprias. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, 2019.

CGU. **Painel Economia da Inovação nas IFES**. [2022]. Disponível em <[Central de Painéis \(cgu.gov.br\)](http://Central.dePainéis(cgu.gov.br))>. Acesso em: 15 set. 2023.

DEMETRIO, Diego Wander. **Financiamento de universidades federais: alternativas a partir da captação de recursos com egressos**. 2021. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

FABIANI, Paula; HANAI, Andrea. **Fundos patrimoniais: desafios e benefícios da Lei 13.800/19**. [2020]. Disponível em <<https://grantlab.gife.org.br/fundos-patrimoniais-desafios-e-beneficios-da-lei-13-800-19/?fbclid=IwAR2zSdSuZGA8TE5faEPQEZ8LEckvJSKO3ZIP4rkUq4fA7gWJ814GfUoMZHU>>. Acesso em: 20 mai. 2023.

FABIANI, Paula Jancso. Motivações para a criação de fundos patrimoniais. In: KISIL, Marcos; FABIANI, Paula Jancso; ALVAREZ, Rodrigo (Orgs.). **Fundos Patrimoniais: Criação e Gestão no Brasil**. São Paulo: Zeppelini Editorial; IDIS, 2012[a].

FABIANI, Paula Jancso. O que são fundos patrimoniais. In: KISIL, Marcos; FABIANI, Paula Jancso; ALVAREZ, Rodrigo (Orgs.). **Fundos Patrimoniais: Criação e Gestão no Brasil**. São Paulo: Zeppelini Editorial; IDIS, 2012[b].

FABIANI, Paula Jancso; WOLFFENBÜTTEL, Andréa. **Panorama dos Fundos Patrimoniais no Brasil**. São Paulo: IDIS, 2022.

FARIA, Ricardo Coelho de; NOGUEIRA, Jorge Madeira. **Método de valoração contingente: aspectos teóricos e testes empíricos**. Brasília, UnB, 1998.

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos. **O FNDCT**. 2022. Disponível em <<http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/fndct>>. Acesso em: 12 set. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

HIRATA, Augusto Jorge, GRAZZIOLI, Raquel, DONNINI, Thiago (2019). **Fundos patrimoniais e organizações da sociedade civil ()**. São Paulo: GIFE, FGV Direito SP. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/fundos-patrimoniais-e-organizacoes-da-sociedade-civil>. Acesso em: 23 mai. 2023.

IBGE. **Questionário básico Censo demográfico 2022**. [2022]. Disponível em: <[questionário_basico_completo_CD2022.ai \(ibge.gov.br\)](https://questionario_basico_completo_CD2022.ai.ibge.gov.br)>. Acesso em: 01 mai. 2023.

IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social. **Monitor de Fundos Patrimoniais no Brasil**. [2023]. Disponível em: <<https://www.idis.org.br/monitor-de-fundos-patrimoniais-no-brasil/>>. Acesso em: 12 dez. 2022.

MARTINS, Gilberto Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MOTTA, Ronaldo Seroa da. **Manual para valoração econômica de recursos ambientais**. Rio de Janeiro: IPEA/MMA/PNUD/CNPq, 1997.

OLIVEIRA, Bruno, JACOB, Marcela, ROSSIGNOLI, Marisa. A regulação dos fundos patrimoniais no direito brasileiro a partir da Lei 13.800/2019. **Argumenta Journal Law**, Jacarezinho – PR, Brasil, n. 36, 2022, p. 41-61.

OSTERWALDER, Alexander; PIGNEUR, Yves. **Business model generation: inovação em modelos de negócios**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2011.

QUINTANA, Mário. Das utopias. In: **Espelho Mágico**. Porto Alegre: Editora Globo, 1951.

ROWLEY, Jennifer; SLACK, Frances. Conducting a literature review. **Management Research News**, v. 27, n. 6, p. 31-39, 2004.

RUSSELL, Chris. **Trustee Investment Strategy for Endowments and Foundations**. West Sussex, Inglaterra: John Wiley & Sons Ltd, 2006.

SABO PAES, José Eduardo; QUEIROZ FILHO, Adair Siqueira de. A importância dos endowment ou fundos patrimoniais na captação de recursos para as entidades integrantes do Terceiro Setor e o princípio da Livre Concorrência. **Revista de Direito Internacional Econômico e Tributário**, Brasília, v. 9, n. 2, pp. 86-111, jul.-dez. 2014.

SCAFF, Luma Cavaleiro de Macêdo; PEREIRA, Luiz Felipe da Fonseca; PINHEIRO, Lucas Gabriel Lopes. Financiamento da Educação Superior no Brasil e os fundos patrimoniais: um estudo sobre o fundo da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. **Revista Meritum**, Belo Horizonte, vol. 16, n. 1, p. 327-347, 2021. DOI: <https://doi.org/10.46560/meritum.v16i1.8182>.

SILVA, Rubicleis Gomes da; LIMA, João Eustáquio de. Valoração contingente do parque "Chico Mendes": uma aplicação probabilística do método Referendum com bidding games. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 42, p. 685-708, 2004.

SOTTO-MAIOR, Felipe Linetzky. Endowments no Brasil: a importação de uma estratégia de sustentabilidade. **Revista de Direito do Terceiro Setor - RDTS**, Belo Horizonte, ano 5, n. 10, p. 65-97, jul/dez. 2011. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/43377>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

SPALDING, Erika. **Os fundos patrimoniais endowment no Brasil**. 2016. Dissertação de mestrado. Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2016.

TELES, Pedro Henrique Almeida De Sá et al. **Fundos patrimoniais endowments: sustentabilidade financeira de longo prazo em prol das organizações do Terceiro Setor brasileiro**. 2019. Dissertação de mestrado. Universidade Católica de Brasília - UCB, Brasília, 2019.

UFC. **Resolução cria o Fundo Patrimonial da UFC, para doações de pessoas físicas e jurídicas à Universidade**: entenda como vai funcionar. [2023a]. Disponível em: https://www.ufc.br/images/files/noticias/2023/230215_resolucao_fundopatrimonialufc.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

UFC. **Resolução nº 03 de 09 de fevereiro de 2023**. Autoriza a constituição do Fundo Patrimonial da Universidade Federal do Ceará, nos termos da Lei nº 13.800, de 04 de janeiro de 2019, e dá outras providências. [2023b]. Disponível em: <

<https://www.ufc.br/noticias/17584-resolucao-cria-o-fundo-patrimonial-da-ufc-para-doacoes-de-pessoas-fisicas-e-juridicas-a-universidade-entenda-como-vai-funcionar>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

UFRPE. **Resolução nº 371 de 04 de setembro de 2023.** Normativa que disciplina as parcerias entre a Universidade Federal Rural de Pernambuco e pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras. 2023. Disponível em: <[Normas | Parcerias UFRPE](#)>. Acesso em: 10 jan. 2024.

VASCONCELLOS, P. G. **Método de Valoração Contingente: sobre a validade de preferências, cenários e agregação.** 2012. Dissertação de mestrado. Faculdade de Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PILOTO

Este questionário é destinado apenas para EX-ALUNOS(AS) (egressos(as)) de universidades FEDERAIS brasileiras.

A Lei 13.800/2019 permite a criação de Fundos Patrimoniais (endowments) pelas universidades públicas para financiar suas atividades acadêmicas, modelo similar ao utilizado com sucesso em universidades norte-americanas e europeias. Considerando que a universidade federal em que você teve formação em nível de graduação e/ou pós-graduação esteja planejando criar um Fundo Patrimonial a partir de doações de ex-alunos(as), responda as questões abaixo.

Fundos Patrimoniais: são um meio de arrecadar e repassar doações para organizações sem fins lucrativos.

Nota: as respostas do questionário serão utilizadas apenas para **fins acadêmicos** de um trabalho de pesquisa em nível de mestrado profissional da mestranda Analice Regis sob orientação da Prof.a Emanuela Sousa Ribeiro.

Quaisquer dúvidas: analice.regis@ufpe.br

Selecione a Universidade Federal que você, como aluno(a) egresso(a), poderia fazer uma doação para o Fundo Patrimonial.

Cada fundo patrimonial pode ter diferentes destinações. Dentre as opções abaixo, indique qual nível de prioridade que você atribui para cada destinação do Fundo Patrimonial?

	Nada prioritário	Pouco prioritário	Não sei	Prioritário	Muito prioritário
Fomento ao empreendedorismo					
Assistência para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica					
Bolsas acadêmicas (pesquisa, inovação, extensão)					
Ensino (sala de aula, laboratórios, aula prática, etc.)					
Pesquisa (infraestrutura física e laboratorial)					
Extensão (projetos, ações artísticas e comunitárias, etc.)					

Admitindo que a destinação do fundo esteja alinhada às suas prioridades, de que forma (valor e periodicidade) você estaria disposto(a) a doar para o Fundo Patrimonial?

	Não estaria disposto a doar	menos de R\$20,00	até R\$100,00	até R\$500,00	até R\$1.000,00	acima de R\$1.000,00
Ocasionalmente						
Mensalmente						
Semestralmente						
Anualmente						

As respostas deste questionário irão subsidiar a elaboração de um questionário final para traçar os perfis de possíveis doadores para Fundos Patrimoniais de universidades federais brasileiras. Caso possa contribuir respondendo a um novo questionário, favor informar seu e-mail.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO FINAL

Este questionário é destinado apenas para **EX-ALUNOS(AS)** (graduação ou pós-graduação) da **Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)**

Prezado(a) participante, IMAGINE que a UFRPE irá criar um fundo patrimonial onde os estudantes seriam beneficiados por meio de bolsas de estudo, melhoria de um laboratório ou sala de aula, por exemplo.

Este questionário tem como objetivo traçar o perfil socioeconômico de ex-alunos(as) da Graduação e da Pós-graduação da UFRPE, que estariam dispostos a doar para esse fundo patrimonial.

Fundo Patrimonial: meio de arrecadação e de repasse das doações de pessoas físicas ou jurídicas para organizações sem fins lucrativos, onde os rendimentos serão destinados a causas de interesse público.

A participação é voluntária e anônima.

Estima-se um tempo máximo de **5 minutos** para responder.

Grata pela sua participação.

Nota: as respostas do questionário serão utilizadas apenas para **fins acadêmicos** de um trabalho de pesquisa em nível de mestrado profissional realizado na Pós-Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste (UFPE).

O trabalho é de autoria da pesquisadora Analice Regis sob orientação da Prof.a Emanuela Sousa Ribeiro e coorientação da Prof.a Taciana Barros Jerônimo.

Quaisquer dúvidas: analice.regis@ufpe.br

BLOCO I - Socioeconômico

Sexo

Masculino Feminino

Faixa etária

Menos de 20 anos
Entre 20 e 24 anos
Entre 25 e 29 anos
Entre 30 e 34 anos
Entre 35 e 39 anos
Entre 40 e 44 anos
Entre 45 e 49 anos
Entre 50 e 54 anos
Entre 55 e 59 anos
Entre 60 e 69 anos
70 anos ou mais

Cor ou Raça

Amarela
 Branca
 Indígena
 Parda
 Preta

Qual sua faixa de rendimento mensal individual

Sem rendimento

Até R\$ 1.000,00
 R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00
 R\$ 2.000,01 a R\$ 3.000,00
 R\$ 3.000,01 a R\$ 5.000,00
 R\$ 5.000,01 a R\$ 10.000,00
 R\$ 10.000,01 a R\$ 20.000,00
 R\$ 20.000,01 a R\$ 100.000,00
 R\$ 100.000,01 ou mais

Qual(is) formação(ões) realizadas na UFRPE

Graduação
 Especialização
 Mestrado
 Doutorado
 Pós-doutorado

Qual(is) sua(s) área(s) de formação

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e->

[programas/avaliacao/instrumentos/documentos-de-apoio-1/tabela-de-areas-de-conhecimento-avaliacao](https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/instrumentos/documentos-de-apoio-1/tabela-de-areas-de-conhecimento-avaliacao)

Ciências Exatas e da Terra
 Ciências Biológicas
 Engenharias
 Ciências da Saúde
 Ciências Agrárias
 Ciências Sociais Aplicadas
 Ciências Humanas
 Linguística, Letras e Artes
 Multidisciplinar

Durante o período em que foi aluno(a), recebeu algum tipo de auxílio? Ex: Bolsa de estudos (PIBIC, PIBIT, PET...); Casa do estudante...

Sim Não

BLOCO II - Cenários hipotéticos

Fundo Patrimonial é uma estrutura que permite a sustentabilidade financeira a longo prazo. A ideia principal é que os recursos advindos das doações recebidas sejam investidos de forma a preservar o valor principal e os rendimentos sejam alocados em prol de causas ou projetos específicos de interesse coletivo.

É importante destacar que um fundo patrimonial não busca substituir os recursos públicos, mas sim complementar as oportunidades oferecidas aos estudantes.

Supondo cenários hipotéticos onde a UFRPE criasse um Fundo Patrimonial e o valor da sua doação estaria associada a benefícios aos alunos ou benfeitorias em instalações da instituição.

[lembre-se de considerar sua condição financeira para que as respostas se aproximem da realidade]

(CENÁRIO 1) Você estaria disposto a doar o valor de até R\$20,00, mensalmente, sabendo que a sua contribuição iria apoiar alunos da UFRPE em situação de vulnerabilidade socioeconômica e subsidiar bolsas de estudo (pesquisa, inovação, extensão)?

Sim Não

(CENÁRIO 2) Você estaria disposto a doar o valor de até R\$100,00, ocasionalmente, sabendo que a sua contribuição iria apoiar alunos da UFRPE em situação de vulnerabilidade socioeconômica e subsidiar bolsas de estudo (pesquisa, inovação, extensão)?

Sim Não

(CENÁRIO 3) Você estaria disposto a doar o valor de até R\$100,00, semestralmente, sabendo que a sua contribuição iria apoiar alunos da UFRPE em situação de vulnerabilidade socioeconômica e subsidiar bolsas de estudo (pesquisa, inovação, extensão)?

Sim Não

(CENÁRIO 4) Você estaria disposto a doar o valor de até R\$500,00, anualmente, sabendo que a sua contribuição iria apoiar projetos da UFRPE relacionados à Extensão (projetos, ações artísticas e comunitárias, etc.), Ensino (sala de aula, laboratórios, aula prática, etc.) ou Pesquisa (infraestrutura física e laboratorial)?

Sim Não

(CENÁRIO 5) Você estaria disposto a doar um valor acima de R\$1.000,00, ocasionalmente, sabendo que a sua contribuição iria apoiar projetos da UFRPE relacionados à Extensão (projetos, ações artísticas e comunitárias, etc.), Ensino (sala de aula, laboratórios, aula prática, etc.) ou Pesquisa (infraestrutura física e laboratorial)?

Sim Não

BLOCO III – Perguntas Abertas

Supondo a criação de um fundo patrimonial pela UFRPE, informe abaixo, caso entenda necessário, um **valor** que estaria **disposto a doar** diferente dos cinco cenários propostos e a **periodicidade** dessa contribuição.

[lembre-se de considerar sua condição financeira para que as respostas se aproximem da realidade]

Valor

Periodicidade

Mensalmente

Semestralmente

Anualmente

Ocasionalmente

No caso de "Não doar" em qualquer circunstância.

Por que razão você não estaria disposto a doar para um Fundo Patrimonial da UFRPE?

Não tem condições financeiras

Não tem interesse em contribuir para esse Fundo Patrimonial

Não confia na administração/destinação desse Fundo Patrimonial

Isso é papel do governo

Outros